

OBSERVATÓRIOS, METODOLOGIAS E IMPACTOS

REFERÊNCIAS, MEMÓRIAS E PROJEÇÕES

Organização:

ÁTILA ALEXIUS

LIZ CARNIEL DA SILVA

MARILENE MAIA

Observatórios,
metodologias e
impactos:
referências, memórias
e projeções

Organização:
Átila Alexius
Liz Carniel da Silva
Marilene Maia

Capa

Jonathan Pereira Camargo

Revisão

Carla Bigliardi

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressão Portão

Maia, Marilene.

Observatórios, Metodologias e Impactos: referências, memórias e projeções / Átila Alexius; Liz Carniel da Silva; Marilene Maia (Orgs). – São Leopoldo: Unisinos, 2015.

76pp

1. Observatórios. 2. Políticas Públicas. 3. Rede. 4. Territórios. 5. Indicadores. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. II. Título.

Sumário

1. Apresentação	5
2. A política dos internautas é produzir circuitos <i>José Luiz Braga</i>	7
3. Observar, monitorar e compartilhar o exercício do poder <i>Paula Chies Schommer</i>	21
4. A reinvenção das políticas públicas baseadas na diversidade <i>Dirce Harue Ueno Koga</i>	35
5. Observatórios e o mundo do trabalho. Caminhos para uma visada da complexidade <i>Moisés Waismann</i>	39
6. Tornar visível o invisível. O papel dos observatórios na luta dos movimentos sociais. <i>Noemi Krefta</i>	45
7. Seminários dos Observatórios e memórias	51
8. Rede de Observatórios Sociais, trilhas e projetos	57
9. V Seminário em 2015: Observatórios, metodologias e impactos – dados e participação	75

1

Apresentação

Esta publicação reúne alguns dos conteúdos que foram pautados pelos Observatórios na realização dos Seminários anuais realizados desde o ano de 2011 na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Estes eventos foram ideados com o objetivo de reunir e articular os agentes com atuação nestes espaços de observação, em vista de conhecer as metodologias e impactos de sua atuação nas realidades sociais.

Os três primeiros Seminários foram promovidos pelo Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos – ObservaSinos, programa do Instituto Humanitas Unisinos – IHU e pelo Observatório da Educação – Indicadores de Qualidade e Gestão Democrática – Capes/Inep – Unisinos. Esta articulação foi ampliada no ano de 2013, quando, ao final do III Seminário dos Observatórios, constituiu-se a Rede de Observatórios Sociais, que assumiu como uma das suas ações a realização do IV Seminário em 2014 e já avança para a sua quinta edição em 2015.

Apesar de contarmos com os relatos dos quatro seminários através de e-books, que estão públicos para acesso universal, consideramos importante resgatar e publicizar um pouco das referências, memórias e projeções pautadas pelos Observatórios e seus agentes para fortalecê-los, assim como sua Rede.

Diante disto, o Caderno “Observatórios, metodologias e impactos – referências, memórias e projeções” está publicado da seguinte forma:

O texto inicial “A política dos internautas é produzir circuitos”, do professor da Unisinos José Luiz Braga, publicado no e-book do II Seminário de Observatórios, é uma leitura obrigatória para os Observatórios e seus agentes.

Através dele podem ser analisadas as concepções, os propósitos e as metodologias para os Observatórios na sociedade contemporânea.

Em seguida são apresentadas as entrevistas com Paula Chies Schommer, Dirce Harue Ueno Koga, Moisés Waismann e Noemi Krefta, assessores e debatedores do IV Seminário dos Observatórios, que foram publicadas na Revista **IHU On-Line** e apresentam olhares, desafios e perspectivas para os Observatórios, levando em conta especialmente suas presenças nos diferentes territórios e políticas públicas.

A breve memória de cada um dos Seminários, com a indicação dos objetivos, temáticas e assessorias, é apresentada com o objetivo de consolidar a história deste espaço e processo de reunião, articulação e fortalecimento dos Observatórios com atuação no social.

Também é apresentada a Rede de Observatórios, com a autorreferência de cada um dos Observatórios, que se somou a este enredamento, indicando suas trilhas e perspectivas para seguir caminho. Rede que se abre para outros Observatórios e Redes.

Ao final, expõe-se a proposta traçada para o V Seminário dos Observatórios. Através dela é feito o convite à participação para o evento, que será realizado em setembro de 2015.

É importante referir que a publicação aqui apresentada é resultado da produção coletiva de Observatórios e apoiada pelos seus financiadores. Destaca-se o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que apoiou a realização do *IV Seminário Observatórios, metodologias e impactos: territórios e políticas públicas*, realizado em novembro de 2014.

Boa leitura!

Átila Alexius
Liz Carniel
Marilene Maia
(organizadores)

2

A política dos internautas é produzir circuitos¹

José Luiz Braga²

Resumo

Observando as atividades políticas de observatórios informatizados, voltados para a crítica de mídia e para ações de cidadania, o artigo procura refletir sobre especificidades comunicacionais dessa política. Partindo da ação evidente de “escuta social” que os observatórios desenvolvem, relaciona essa ação com uma conceituação de circulação comunicacional como um “fluxo contínuo adiante”, no qual processos e produtos interacionais se inscrevem – indicando a escuta como um componente relevante para a circulação, na contemporaneidade. Com base em caracterizações concretas de observatórios e analisando desafios específicos enfrentados por estes em sua ação político-social, o artigo destaca algumas destas características e destes desafios como sendo mais particularmente da ordem da comunicação – e apresenta a hipótese de que, para esse tipo de organismos, fazer política é desenvolver circuitos.

Palavras-chave: Observatórios; Mdiatização; Circulação

1 BRAGA, José Luiz. A política dos internautas é produzir circuitos. In. MAIA, Marilene; WERLE, Flávia Obino Corrêa (Orgs). *II Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos nas Políticas Públicas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012. E-book. ISSN 2237-9932. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/areas/trabalho/observa-sinos/529602-rede-de-observatorios> Acesso em: 07 de jan. 2014.

2 Professor Titular no PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos – jlbraga@via-rs.net.

1. Introdução

Parece haver um entendimento generalizado de que os observatórios crescentemente desenvolvidos na internet representam avanços favorecedores da sociedade civil, de tendência igualitária e cidadã. É possível afirmar aí a presença de uma ação política exercida pelos internautas, ao direcionar seu uso das redes informatizadas para análise de situações sociais, para críticas e reivindicações. Nosso objetivo, neste artigo, é o de propor um ângulo complementar, especificamente comunicacional, na análise dessa ação política. Esse ângulo específico se tornará perceptível ao inscrevermos a atividade dos observatórios e ouvidorias sociais em um conceito abrangente de circulação comunicacional.

Herschmann, Santos e Albornoz (2008) veem os observatórios “como novos organismos que auxiliam a construção de uma sociedade mais equilibrada e democrática e, ao mesmo tempo, subsidiam a elaboração de novas políticas públicas” (p. 1). Patrícia Tellez sublinha, a partir da vinculação entre democracia e cidadania (2011, p. 58), a importância crescente da cidadania comunicativa (p. 76).

Na mesma medida em que a mídia comercial de massa tende a enfatizar o receptor-consumidor, pode-se afirmar que processos em rede, voltados para a crítica social-midiática e marcados pela possibilidade de participação ativa na produção de “falas sociais” estimulam a figura do usuário-cidadão. Assim, a própria ação dos observatórios e ouvidorias complementa positivamente atividades tradicionais de “ação democrática” – no movimento social, na crítica, na reivindicação política – trazendo reforços e qualidade para tal âmbito de políticas sociais em geral.

Os observatórios são, portanto, relevantes pelos temas de que tratam; e podem ser vistos por sua meta abrangente de favorecer a democracia e o exercício da cidadania – seja pela ação direta de reivindicação de grandes valores sociais e pela qualificação (da ordem da cidadania) no exercício de atividades setoriais do social, seja, em uma de suas atividades frequentes, pelo exercício de crítica dos processos da grande mídia.

É possível distinguir dois tipos de observatórios, conforme seu foco principal de observação. De um lado, temos os que se propõem expressamente a criticar a mídia, em quaisquer de seus aspectos – temáticas, processos, poderes exercidos, modos e preferências de agendamento, efeitos produzi-

dos, pretendidos ou possíveis, no espaço social. O outro tipo corresponde a uma preocupação social, enfocando *questões de sociedade* que se apresentam urgentes e que são, de algum modo, maltratadas na política ou na própria percepção social difusa – cidadania, infância e adolescência, minorias sociais, políticas culturais, etc.

Se observarmos apenas tais enfoques, com suas temáticas correlatas, seremos levados a enfatizar as diferenças entre os dois tipos. Entretanto, quando se observam as principais características dos observatórios, pode-se perceber também uma continuidade entre ambos.

Primeiramente, observamos uma continuidade entre os próprios temas enfocados. Um dos motivos principais para “criticar a mídia” é justamente a presença, nesta, de modos conservadores, padronizados, superficiais ou tendenciosos para tratar determinadas questões sociais de interesse geral. Por sua vez, quando o enfoque se volta diretamente para as questões sociais, estas são encontradas não só na realidade imediata das ocorrências, dos padrões habituais de ação e conforme estabelecidas no aparato jurídico-político, mas também – e, talvez, sobretudo – como são expostas e socialmente compartilhadas pela grande mídia. Com isso, os dois enfoques se articulam, gerando referências cruzadas.

Outra característica, mais geral, é que os observatórios são essencialmente *uma ação comunicacional mediatizada*. Fazendo parte de um sistema crítico perante o sistema produtor de perfil industrial, os observatórios se demarcam como “outro processo de mídia”. Por seus processos específicos enquanto mídia, qualquer que seja o tema específico focado por um observatório, este se manifesta potencialmente como crítica midiática por sua própria operacionalidade distinta.

Temos já aí um aspecto de interesse central para os estudos de Comunicação – pois reitera uma constatação frequente: o *componente comunicacional* parece ser um processo relevante nas ações humanas e sociais. A efetividade de qualquer ação de sociedade pode ser diretamente relacionada à eficácia dos processos segundo os quais se obtém a interação entre participantes diretos e indiretos.

Nessa ótica, os observatórios aparecem como linha comunicacional auxiliar da ação política, na defesa de questões de cidadania. Sua política se confunde com a política social de tais questões. As questões que podem ser postas sobre a política dos observatórios se referem à sua eficácia, à produ-

tividade dos processos (tecnológicos, midiáticos, interacionais) acionados *a serviço* dos objetivos políticos visados.

Sobre estas questões, procuramos desenvolver o objetivo proposto na abertura do presente artigo. Ao refletir sobre *que política é esta*, podemos ir além das perspectivas analíticas da ação política direta e da ação crítica dos observatórios, para nos perguntarmos sobre *que política comunicacional é esta*. Ou seja – o que caracteriza, para além de seu valor de substância político-social geral, *este modo de fazer política*. *Que processos* aí acionados, para além dos temas e dos objetivos específicos, vinculam efetivamente as ações dos internautas a um aperfeiçoamento das interações sociais de interesse geral?

2. A escuta social

A ação de “observação e escuta” é um dos aspectos relevantes dessa política – uma política que, para formar opinião e disseminar, se vê na contingência de observar, de apanhar o que ocorre. Com os observatórios e ouvidorias, a sociedade em midiatização começa a desenvolver circuitos abrangentes *de observação* crítica, redirecionadora, praxiológica ou analítica.

Os processos de internet viabilizam uma efficientização e uma abrangência maior, mas o componente processual da escuta não é novo. A institucionalização da filosofia na Grécia Antiga pode ser vista também nessa perspectiva, segundo a qual não simplesmente “a sociedade interage agonisticamente”, mas se vê e se pensa interagindo.

Determinados processos sociais, além disso, sempre geraram parassistemas que se organizam em “outro ponto” da sociedade para criticar, rever, contestar, debater. Estes verdadeiros sistemas críticos se desenvolvem fora ou dentro do próprio sistema gerador de interação. Assim, por exemplo, uma das características mais marcantes do empreendimento científico é incluir em sua própria lógica interna a necessidade estrutural de objeção, caracterizando seu processo produtivo sob o signo da falibilidade reconhecida e procurada (Popper, 1999, p. 7).

A maioria dos processos interacionais “especializados” (em campos sociais) inclui componentes de *feedback*. Isso implica justamente observação e crítica. Por um lado, faz-se a reintrodução dos dados obtidos por comparação entre a entrada e a saída do sistema – ou seja: explicitação das ações feitas “internamente”. Por outro lado, faz-se a crítica dos objetivos alegados a partir

dos resultados efetivos, ou seja, busca de revisões a partir do resultado de suas articulações com o contexto. A qualidade do sistema depende largamente da qualidade dos circuitos de observação crítica.

Com a midiatização crescente da sociedade contemporânea, há uma generalização do processo em todos os contextos, níveis e etapas. Correlatadamente, vemos uma redução de fronteiras entre “interagir” e “examinar a interação”. É esperável que, em uma sociedade de midiatização crescente, se desenvolvam sistemas de observação e de escuta igualmente midiatizados, para uma crítica e uma ação política sobre o próprio sistema de interação social. Viabiliza-se, no tecido social geral, a multiplicação de ângulos diversos (lógicas, interesses, perspectivas), segundo os quais o processo comunicacional, o produto e sua circulação podem ser esquadrihados por objetivos críticos, corretores, estimuladores, ou simplesmente descritivos.

A generalização e a diversificação acabaram mudando o componente possível em característica essencial e estrutural do processo. Isso corresponde a dizer que a sociedade (talvez em ritmo mais lento do que poderíamos prefigurar) começa a gerar dispositivos interacionais (ver BRAGA, 2011a), com processos, lógicas e objetivos adequados para tais tipos de ação. Em que pesem os limites e desafios bem apontados por Herschmann, Santos e Albornoz e que veremos a seguir, acreditamos no desenvolvimento crescente, por tentativa-e-erro, por experimentação e ajustes, desse processo crítico-político da sociedade.

Não se trata apenas de pretender observar como tais âmbitos funcionam enquanto dispositivos interacionais, mas, sobretudo, de perceber esse tipo de dispositivo como fortemente caracterizador da sociedade contemporânea – sugerindo que a sociedade está tentando desenvolver processos diversificados de autopercepção em termos comunicacionais. Isto é, agregando e disponibilizando (pondo em circulação) informações sistematizadas, críticas, análises, proposições praxiológicas, autorreflexões práticas... e fazendo entrecruzar campos sociais.

3. Circulação e circuitos

Para avançar em nossa reflexão sobre essa característica da política dos internautas, devemos apresentar perspectiva que estamos elaborando a respeito de *circulação* na comunicação social.

Uma tendência frequente é a de pensar “circulação” como referência ao processo desenvolvido pelo produto midiático, da emissão à recepção. Nessa perspectiva, mensagem, informação, produtos da mídia circulam.

Eventualmente, considera-se um segundo movimento de circulação do produto, *após a recepção*. Temos aí “respostas”, novos produtos derivados dos primeiros, re-mediação, *remakes*, multimídiação, *cross-media*. Todos esses processos evidenciam que o círculo do produto é bem mais amplo que a relação “curta” da emissão à recepção.

Minha perspectiva do “sistema social de resposta” (BRAGA, 2006) assinala também um outro processo de circulação. Depois da recepção, e a partir de reações deste subsistema “de resposta social” (com suas mediações e “desvios” interpretativos próprios), o fluxo comunicacional não para, e um novo circuito, diferenciado, se inicia: o das leituras e apropriações. Um sistema de resposta social se desenvolve, repondo na sociedade (frequentemente através de processos mediatizados) vozes que se posicionam e procuram agir comunicacionalmente – podendo, entre outras ações, exercer uma crítica da mídia. Eventualmente, estas ações retornam aos emissores originais, na continuidade de seu trabalho.

Em determinado momento, chegamos a considerar o sistema social de resposta como o principal elemento da “circulação comunicacional em sociedade de mediatização”. Mas atualmente, em consequência de pesquisa recém-concluída, derivamos outro espaço heurístico, dando maior abrangência ao conceito de circulação.

Trata-se de substituir a ênfase na produção – e no “produto que circula” – por uma percepção de circuito mais ampla – procurando focar a observação em nível mais abstrato. A comunicação social pode ser vista como um fluxo incessante de ideias, informações, injunções e expectativas que circulam em formas e reconfigurações sucessivas.

À diferença das interações *conversacionais*, o fluxo interacional abrangente em uma sociedade não se manifesta como uma ida-e-volta entre participantes. Na conversação, o que se entende por “resposta” é uma fala que o receptor “devolve” ao emissor inicial, na forma de retorno. É frequente que se enfatize, na internet, essa capacidade de viabilizar retornos imediatos e pontuais sobre uma “fala inicial” – adota-se a expressão “interatividade” para expressar essa possibilidade. Embora efetivamente exista, entendemos que os

processos fundamentais de circulação midiaticizada são de outra ordem – tanto na internet como nos meios de massa.

Percebemos, então, um fluxo comunicacional *contínuo e adiante*. Após a apropriação dos sentidos de uma mensagem qualquer, seus receptores podem sempre pôr em circulação no espaço social sua resposta. Essa resposta, independente de um retorno imediato, segue adiante, em processos diferidos e difusos. Eventualmente, no conjunto da circulação e pelo embaralhamento cultural dos múltiplos circuitos, as ideias, proposições, imagens, posições polêmicas e tendências expressas se reforçam, se contrapõem, desaparecem ou retornam. O “retorno” que consideramos relevante, nesse nível, é o do circuito ampliado, e não a volta imediata ao ponto de partida.

Nesse fluxo, o produto ocupa um lugar especial por sua materialidade e consequente facilidade de captura para observação e inferências. Mas, apesar dessa especificidade, o produto não é “o objeto inicial” de um percurso a ser seguido. Seria antes um “momento” (particularmente feliz, por sua materialização) de um circuito *que começa antes e continua depois* – passando a carregar a configuração que se formalizou no modo reconhecível de produto (ou seja: registro disponível e durável).

Isso permite perguntar a esse objeto mais percebido, que é o produto, como ele ocupa um lugar nesse circuito; que proposições recolhe e organiza; como reage sobre o que o antecede, o que produz nesse percurso e o que dirige “adiante”, fazendo *continuar a circulação*.

Essa abrangência ampliada, entretanto, não é o quadro completo do que assumimos como “circulação comunicacional” na sociedade. Entendemos que a comunicação social, na medida em que se amplia e se acelera pela midiaticização da sociedade, se articula crescentemente à “escuta” e à produção centrada no polo receptor (BRAGA, 2007). Podemos começar a discernir aí uma espécie de *contrafluxo*, que vai da recepção à produção. Não como “retorno de resposta”, mas como previsão, pela auscultação anterior, da leitura que será feita daquilo que dizemos: uma antecipação.

Pela escuta, pela importância de “sintonizar” a recepção, pelas delicadezas de ajuste de endereçamento (nunca exato, sempre disperso e tentativo), alguma coisa retroage, “modificando” a produção a partir das expectativas sobre sua recepção e pela repercussão destas expectativas na configuração das falas. Cada “momento” da circulação, por antecipar os seguintes, procura se adaptar previamente a estes.

É claro que esse circuito inverso existe desde sempre – mas se torna socialmente evidente em uma sociedade em midiatização. Mais que evidente: torna-se processo comunicacional inarredável, componente para o que quer que se faça ou se pretenda, comunicacionalmente, fazer. Aspecto este que parece ser uma característica da sociedade em midiatização. No contrafluxo, passamos a produzir a partir das respostas que pretendemos, esperamos ou recebemos.

A própria lógica que sustenta os observatórios e ouvidorias (observar, escutar) enfatiza a importância crescente que a sociedade dá à ampliação de conhecimento como modo de sustentar falas e ações com alguma previsibilidade de resultados. Podemos então articular a perspectiva inicial, apresentada no item sobre escuta social, como um componente relevante da circulação comunicacional – é uma escuta competente que permite desenvolver melhores circuitos.

*

Com base nessa hipótese prospectiva, quando se trata de analisar “produtos” (singulares ou seriais) parece importante fazê-lo observando os vetores que “inscrevem” o produto na circulação. O produto deve ser visto, então, como um agregado de indícios que permitem inferências sobre seu modo de instalação nos circuitos em que se inscrevem (ou em que consideramos pertinente inscrever, na investigação). Compreender um produto midiático corresponde a apreender a ação que este procura fazer incidir sobre a circulação em que se inscreve.

A lógica que procuramos – nessa perspectiva – é a lógica da inscrição no fluxo. Inscrição no duplo sentido de inserção de alguma coisa em um contexto (contexto que, no caso, é a dinâmica do fluxo) passando a fazer parte deste para dar-lhe continuidade e inflexão; e de registro, configuração organizada que, em alguns aspectos, parece “fazer cessar” o fluxo – pela cristalização desse momento expressivo que pode, então, “permanecer” fixado na forma configurada. Tendo-se inscrito no fluxo, porém, essa forma fixada vai então continuar a produzir sentidos, continuar a circular de modo diferido e difuso, emitindo vetores adiante, assim como vai sinalizar seus vetores de vinculação com o “antes” (e, portanto, constituindo novas possibilidades para o contrafluxo subsequente).

4. Os observatórios e seus processos

Nossa perspectiva sobre circulação e circuitos não se restringe aos observatórios. Todos os processos de comunicação podem ser perspectivados por essa visada – mesmo os da grande mídia de massa. Mas é certo, também, que a processualidade rápida das redes, como sistemas de intensificação de circuitos, evidencia com mais clareza essa disseminação do “produto” em um ambiente mais amplo, menos estritamente percebido apenas como “sistema de elaboração de produtos”, mas sim como fluxo de circulação adiante, em que falas e escutas se inscrevem e se desenvolvem.

Podemos assumir que, em grande parte, a qualidade das falas, das criações, dos produtos que circulam na sociedade depende das características e da qualidade dos circuitos nos quais circulam. Não se trata apenas (e talvez nem principalmente) de competências individuais dos criadores e produtores. Na continuidade histórica, os produtos gerados em qualquer tipo de circuito dependem dos processos interacionais que estimulam essa produção, assim como da qualidade da recepção e da pós-circulação desses produtos.

Jean-Pierre Vernant (2002) observa a relevância da processualidade agonística no surgimento da filosofia na Grécia antiga. As redes de produção científica dependem largamente dos sistemas de circulação que asseguram a refutação, da experimentação em circuitos de teste e tensionamento mútuo – recusando o simples argumento de autoridade –, o que implica um esforço agonístico entre interpretações concorrentes com base nos resultados produzidos. Os países que desenvolveram melhor tais circuitos podem apresentar os melhores processos para a qualidade e a quantidade de produção científica.

Os grandes períodos de criatividade literária são aqueles em que o esforço crítico, quaisquer que tenham sido suas preferências, se dirige ao trabalho de apreender, compreender e selecionar, dedicando-se à busca crítica dos melhores processos – o que é bem diferente de impor padrões doutrinários prefixados.

Podemos, de um modo geral, valorizar critérios de circulação que asseguram circuitos produtivos – onde se encontram processos agonísticos, possibilidade refletida de refutação e tensionamento, limitação do argumento de autoridade e de posições ideológicas fechadas; onde se desenvolvem possibilidades de negociação com boa diversidade interna; quando prevalecem processos experimentais e tentativos práticos, por oposição à mera aplicação de “verdades” assumidas. Particularmente quando determinados circuitos de-

envolvem expressamente ações de escuta daquilo que está circulando, para criticar tanto as falas e produtos quanto os modos habituais de fazê-los circular – o que estimula a produção com previsão em contrafluxo.

Ora, justamente nos observatórios, enquanto núcleo de circuitos, parece ser possível encontrar algumas destas características positivas. Um dos aspectos marcantes que têm sido assinalados em observatórios de crítica de mídia e de ação cidadã é a reunião, em um mesmo ambiente virtual, do trabalho de especialistas e de participantes sociais de competências variadas, movidos por seu interesse social. Isso inclui a possibilidade de participação dos diretamente afetados pelo tipo de questão abordada no observatório, assumindo posições e argumentos diretamente relacionados à realidade de sua afetação.

Além disso, os observatórios, mais que apenas pelo tratamento que dão a seus temas e pelas posições que defendem, têm a possibilidade de fazer participar de um mesmo circuito diferentes setores – a sociedade civil, instâncias de governo e entidades privadas; a mídia de rede e a mídia de massa. *Podemos dizer que um critério de desempenho e qualidade dos observatórios é conseguir fazer passar criticamente, por seus circuitos, os produtos e processos que direcionam a interação da sociedade.*

*

Naturalmente, trata-se aí de potencialidades – a existência concreta de cada observatório passa eventualmente por limitações e por desafios, como aqueles tratados por Herschmann, Santos e Albornoz (2008). Os autores observam, junto com o crescimento do número de observatórios e com o entusiasmo por suas potencialidades, uma série de desafios para uma implantação eficiente, assim como algumas dificuldades de legitimação social.

Os principais desafios e restrições enfrentados são sumariados no artigo, a partir de estudos e levantamentos feitos pelos autores: reduzida capacidade de articulação com a sociedade civil (p. 2) e fragilidade de canais com a sociedade (p. 11); dificuldades para gerar dados estratégicos (p. 2) e imprecisão dos dados disponibilizados (p. 5); reflexão teórica escassa (p. 5); grande diversidade de origens, estruturas, temáticas, objetivos programáticos, metodologias e âmbitos de atuação (p. 5); coordenação interna frágil (p. 11); não integração/articulação com entidades similares (p. 11); falta de experiência e de pessoal preparado (p. 12); falta de divulgação e de visibilidade (p. 5, p. 11).

Todas essas indicações são relevantes, em termos praxiológicos, como critério para avaliar a efetividade dos observatórios, assim como para alertar sobre espaços que pedem ação política de aperfeiçoamento. Herschmann, Santos e Albornoz (2008, p. 13) dão uma atenção destacada para o que assinalam como “crise de legitimidade” dos observatórios – crise que apresenta dois aspectos principais. Um deles, relacionado aos próprios movimentos sociais – por sua eventual dificuldade de integração na sociedade geral; o outro, relacionado à definição do papel da universidade na sociedade – que, para além de um papel de reflexão teórico-analítico, solicitaria uma articulação mais ativa.

O primeiro aspecto diz respeito, sobretudo, aos observatórios de ação social (fiscalização e denúncia; *media watch*); o segundo, aos observatórios *think tank* (crítica, propostas de políticas públicas).

É interessante observar que estes ângulos relacionados à legitimação se referem, em conjunto, a um dos desafios apresentados, o primeiro da listagem reunida acima: a reduzida capacidade de articulação com a sociedade civil. Dentre todas as dificuldades, esta sobressai como restrição para a própria legitimidade dos observatórios.

*

Em nossa análise do Observatório da Imprensa (BRAGA, 2006, p. 109-132), assinalamos algumas características do *site* que evidenciam tanto a ação de “crítica da mídia” como, articulada a esta, as ações políticas “de sociedade” – ambas em defesa da cidadania.

Estas políticas são principalmente as seguintes: críticas referentes a tendências da grande imprensa; comentários sobre o exercício profissional do jornalismo; defesa do interesse público diante da produção midiática; caracterização do que deve ser uma imprensa de interesse geral (adotada então como critério para a crítica); dados sobre a imprensa e sobre o que se publica, como informação para a sociedade; elucidação do leitor sobre lógicas da imprensa de interesse geral; abertura de espaços para o leitor – com muito mais abrangência e profundidade que as tradicionais “cartas do leitor”; interação com os setores formadores das profissões de comunicação; interação com a profissão (profissionais e entidades).

Em tais ações, o Observatório da Imprensa é norteado por algumas posições e metas básicas que fundamentam e organizam sua ação. Albuquerque,

Ladeira e Roxo da Silva (2001) assinalam, sobretudo, os seguintes norteadores: valorização da autonomia do jornalista; defesa de uma percepção diferenciada dos acontecimentos para evitar a trivialidade; um trabalho de efetiva apuração; desenvolvimento da experiência do jornalista; e a responsabilidade política da imprensa.

De nossa parte, concordando com estas percepções, complementamos com ainda outros fundamentos políticos do O.I. – defesa do jornalismo crítico; a imprensa assumida como base principal da esfera pública; busca de análise do horizonte social geral, a crítica não se restringindo ao material publicado.

No detalhamento da análise das críticas e dos procedimentos do Observatório da Imprensa, observamos ainda uma continuidade entre o conhecimento crítico sobre jornalismo e o conhecimento e apreensão dos acontecimentos de sociedade. A continuidade entre crítica profissional e de sociedade aparece nos temas, nos processos e posições interpretativas e na própria estrutura das matérias e das seções, viabilizando debates em que o leitor tem espaço para relacionar questões de cidadania e de imprensa.

Entendemos então que a crítica do O.I. é política em dois níveis: inscreve sua percepção de jornalismo em um espaço mais amplo que o exercício profissional formal, envolvendo engajamento ético-político com a sociedade; e defende a construção de processos ainda não plenamente estabelecidos nas relações sociedade/jornalismo.

5. Conclusões

Podemos agora relacionar nossa perspectiva abrangente a respeito da circulação e dos circuitos comunicacionais a algumas destas características muito concretas referidas acima.

Alguns dos desafios assinalados por Herschmann, Santos e Albornoz (2008) podem ser vistos como dificuldades corriqueiras de toda ação humana e social, particularmente quando se trata de ação política da sociedade civil. Não seriam então caracterizadores específicos da singularidade “observatório”: reflexão teórica insuficiente, coordenação frágil, dificuldades de articulação com entidades congêneres, falta de experiência e de pessoal preparado, falta de divulgação. São antes dificuldades de organização, compartilhadas com outras formas de fazer ação social, a serem enfrentadas para a construção de políticas mais efetivas.

Por outro lado, alguns desafios parecem ser diretamente relativos à ação “de observatório”, dizendo respeito à questão política de *constituição de circuito comunicacional*. São justamente os desafios relacionados à capacidade de articulação com a sociedade civil e à fragilidade de canais com a sociedade – que por sua vez repercutem nos aspectos de insuficiente estabelecimento de legitimidade junto à sociedade civil.

Em nossa perspectiva de ênfase na construção de circuitos como lógica central da política dos observatórios, podemos considerar que, mais que “uma dificuldade”, essa articulação seria exatamente o que justifica a existência de observatórios. A lógica que produz expectativa de valor social para os observatórios é a promessa de constituição de circuitos nos quais se possam articular e tensionar mutuamente ações de mídia, ações políticas gerais, dados fidedignos sobre essa ação e sobre o *status quo* na área e ainda uma crítica refletida – dando a esse processo acesso social (para recebimento e *participação*) em abrangência maior do que a dos setores especializados. Em complemento, a capacidade de gerar dados fidedignos corresponde ao resultado específico do objetivo “escuta e observação” – também inerente à lógica dos observatórios.

Pode-se dizer que o sucesso e a continuidade reconhecida do Observatório da Imprensa se devem justamente a que venha enfrentando bem estes requisitos – que seriam então critérios próprios da situação “observatório”, *como modo de fazer política*.

Isso nos leva a uma consideração adicional sobre mais uma das dificuldades apontadas por Herschmann, Santos e Albornoz (2008). Trata-se da grande diversidade de origens, estruturas, temáticas, objetivos programáticos, procedimentos adotados e âmbitos de atuação.

Essa diversidade leva efetivamente a dificuldades – para articulações entre os observatórios, para passagem mútua de informações, para a articulação de ações políticas e para permeação entre participantes. Além disso, torna complicado apreender perfis, técnicas e qualidades de eficiência técnica – dificultando que observatórios se tomem mutuamente como modelo para resolver seus problemas e para aprender uns com os outros.

Por outro lado, essa diversidade pode ser considerada também como um sintoma positivo – do estágio e dos processos sociais gerais no desenvolvimento desse tipo de política que nos parece tão promissor. Com a percepção difusa da potencialidade de criação e da necessidade de aperfeiçoamento no desenvolvimento desse instrumento especial de ação política, entendemos

que múltiplos setores específicos da sociedade estão participando da *invenção social* desses processos, através de experimentação prática, no próprio tecido social, de modos de encaminhamento possíveis, de possibilidades de eficácia na produção de sentido social.

Nessa perspectiva, a diversidade de experiências pode ser um fator positivo e promissor – pois é assim que a sociedade aprende e inventa.

Uma ação política central dos observatórios – e dos participantes sociais interessados em cidadania/democracia – seria então a de desenvolver esse tipo de circuito, pois sua existência elaborada permitirá a criação e inserção de falas, imagens, reivindicações e propostas de ação que, sem o circuito, ou na sua existência limitada, sequer se manifestariam.

Nessa perspectiva, um aspecto relevante da ação social de observatórios e ouvidorias, mais que no produto que circula, está na circulação que faz produzir. Na sociedade em midiatização, *fazer política é desenvolver circuitos*. Parece-me que este é um dos espaços em que – na perspectiva da Comunicação – é pertinente estudar e debater a política dos internautas.

Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso de, João Damasceno MARTINS LADEIRA e Marco Antonio ROXO DA SILVA. “Media criticism à brasileira: o Observatório da Imprensa”. Apresentado no X Encontro da Compós, Brasília, 2001. www.compos.org.br > Biblioteca > GT Estudos de Jornalismo > Ano 2001.
- BRAGA, José Luiz. “Dispositivos Interacionais”. Apresentado no XX Encontro da Compós, UFRGS, Porto Alegre. 2011a. www.compos.org.br > Biblioteca > GT Epistemologia da Comunicação > Ano 2011.
- _____. “Mediatização como processo interacional de referência”, in Médola, Ana Sílvia, Denize Correa Araújo e Fernanda Bruno (orgs.). *Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática* – Livro da XV Compós. Porto Alegre, Sulina, 2007.
- _____. *A sociedade enfrenta sua mídia – dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo, Editora Paulus, 2006.
- HERSCHMANN, Micael; DOS SANTOS, Suzy e ALBORNOZ, Luís. “Analisando o crescimento do número de observatórios de comunicação, cultura e informação no Brasil”. Apresentado no XVII Encontro da Compós, São Paulo, SP, junho de 2008. www.compos.org.br > Biblioteca > GT Economia Política e Políticas da Comunicação > Ano 2008.
- POPPER, Karl. *All life is problem solving*. London, Routledge, 1999.
- TELLEZ GARSÓN, Patrícia. *Observatórios e Ouvidorias: experiências de crítica midiática e cidadania na América Latina*. Tese de Doutorado, defendida em 28/03/2011, PPG de Comunicação da UFRGS.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Difel, Rio de Janeiro, 2002.

3

Observar, monitorar e compartilhar o exercício do poder Entrevista com Paula Chies Schommer³

Por Ricardo Machado

Paula Chies Schommer defende a importância do trabalho dos observatórios na garantia dos direitos e na participação dos cidadãos

“Ao evidenciar dados de maneira contínua e qualificada sobre um território, o trabalho dos observatórios pode contribuir para que cidadãos e gestores públicos compreendam as conexões entre os fenômenos que acontecem em certo território, suas causas e consequências, e possíveis soluções articuladas para os problemas evidenciados”, sustenta a professora e pesquisadora **Paula Chies Schommer**, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Na opinião da entrevistada, os observatórios servem, também, “para aproximar expectativas dos

3 SCHOMMER. Paula Chies. Observar, monitorar e compartilhar o exercício do poder. In: **Revista IHU On-Line**. Metrópole, territórios e a reconfiguração das cidades. Um desafio para os Observatórios. São Leopoldo: IHU. 2014. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5696&secao=455 Acesso em 07 de jan. 2014.

cidadãos e promessas dos governantes, identificando mais claramente quais são os desafios a serem enfrentados no território”.

Paula acredita que a divulgação de informações públicas qualificadas e com transparência é uma das premissas para o bom desempenho do controle social e para efetividade da accountability – termo em inglês sem tradução exata para o português, que se refere à obrigação dos órgãos públicos e seus gestores de prestarem contas de suas atividades. “O uso dessas informações para tomar decisões, influenciar o desenho de políticas públicas e permitir premiação ou sanção dos agentes públicos tende a promover aprendizagem e contribuir para a qualidade da administração pública e da democracia e para a qualidade de vida da população”, pontua. “Os cidadãos, especialmente quando organizados em movimentos, redes e associações, podem demandar dos órgãos institucionais informações mais apropriadas às necessidades de controle político e, ao mesmo tempo, produzir informações que permitam dialogar, contrapor e questionar informações oficiais, apontando para novas questões e interesses da população”, complementa.

Paula Chies Schommer é graduada em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul – UCS, realizou mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e doutorado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas – SP. Atualmente é professora de Administração Pública na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/ESAG) e professora colaboradora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), junto ao Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS). É líder do Grupo de Pesquisa Politeia – Coprodução do Bem Público: Accountability e Gestão.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual a importância da sistematização e da publicização dos dados coletados pelos diversos observatórios?

Paula Chies Schommer – Há diversos tipos de observatórios pelo mundo, em diferentes formatos, temas a que se dedicam e tipos de dados coletados, sistematizados, analisados e difundidos. A característica-chave de um observatório é sua ação voltada para o monitoramento sistemático do funcionamento ou desempenho de um setor ou tema.

Existem observatórios que focalizam a produção e análise de informações sobre gastos públicos; outros que focalizam os indicadores de desenvol-

vimento em certo território; outros que priorizam certo tema, como saúde, educação ou segurança pública. Dentro desses temas, podem definir um foco ainda mais específico. Por exemplo, um observatório global de pesquisa e desenvolvimento na área da saúde que vem sendo construído no âmbito da Organização Mundial da Saúde – OMS, reunindo dados de pesquisas que tratam de doenças negligenciadas pela indústria farmacêutica. Neste caso, há um foco temático específico, com abrangência global. Em outros casos, o foco é um território mais delimitado – um bairro, uma cidade, por exemplo, considerando vários temas relativos à vida naquele território.

No caso dos observatórios voltados para o controle da administração pública, há diferentes papéis que um observatório pode desempenhar. Entre eles: 1) demandar informações de órgãos institucionalizados, políticos e governantes; 2) exercer pressão sobre órgãos institucionalizados de controle para que cumpram seus papéis na produção de informações qualificadas e no controle; 3) promover intermediação entre cidadãos/sociedade, políticos e governantes e espaços de diálogo na esfera pública, necessários à coprodução de bens públicos; 4) contribuir para a educação fiscal, a cidadania e o controle social; 5) monitorar a qualidade da gestão pública e a qualidade de vida nas cidades, por meio da participação em espaços institucionalizados de controle por resultados, em diálogo com diferentes agentes públicos; 6) coletar e elaborar dados e indicadores de desempenho para comparar com dados oficiais e para sinalizar necessidades da população.

IHU On-Line – De que maneira o trabalho realizado pelos observatórios contribui no fortalecimento da cidadania?

Paula Chies Schommer – Com base nas informações e análises que produzem, os observatórios sociais podem fiscalizar a ação de gestores públicos, contribuir para a observância dos princípios constitucionais da administração pública, ativar e qualificar o funcionamento do sistema de controle institucional, composto por diversos mecanismos e órgãos da administração pública, com papéis complementares; gerar mobilização coletiva e influenciar decisões e o processo de planejamento, implantação e avaliação de políticas públicas; estimular o engajamento mútuo entre governantes e cidadãos para o enfrentamento de desafios coletivos.

IHU On-Line – De que forma o trabalho realizado pelos observatórios – coleta e sistematização de dados, publicização – tensionam as compreensões clássicas e segmentárias dos territórios?

Paula Chies Schommer – Ao evidenciar dados de maneira contínua e qualificada sobre um território, o trabalho dos observatórios pode contribuir para que cidadãos e gestores públicos compreendam as conexões entre os fenômenos que acontecem em certo território, suas causas e consequências, e possíveis soluções articuladas para os problemas evidenciados. Contribuem, também, para aproximar expectativas dos cidadãos e promessas dos governantes, identificando mais claramente quais são os desafios a serem enfrentados no território, definindo prioridades e comprometendo-se mutuamente a realizar o que é necessário para enfrentá-los. Ao longo do processo, em que novos dados vão sendo revelados pelo monitoramento e pela prestação de contas, podem ser feitos ajustes nos planos, decisões e ações, bem como identificados recursos e esforços adicionais a serem realizados por cidadãos e governantes para que os bens públicos desejados sejam realizados.

IHU On-Line – Como o engajamento dos cidadãos na definição de metas coletivas de suas próprias sociedades contribui na construção de novas posturas e práticas sociais?

Paula Chies Schommer – Uma vez que os cidadãos participem, juntamente com os políticos e servidores públicos, da discussão sobre os desafios coletivos e da tomada de decisão sobre os investimentos e ações que os afetam, com base em informações qualificadas, o poder público torna-se mais transparente, responsável e responsivo aos interesses dos cidadãos. Ao mesmo tempo, há compartilhamento de poder e dos mecanismos de controle sobre o poder, o que é essencial para a democracia e para a qualidade de vida das pessoas. Ao compartilhar o exercício do poder, os cidadãos tornam-se corresponsáveis pelos rumos das suas comunidades, cidades e países, corresponsáveis pela qualidade da administração pública, da política e da própria democracia. Passam a exigir mais de seus governantes e de suas organizações e também a exigir mais de si e de seus concidadãos. Algo que é exigente e desafiador, mas que é condição fundamental para uma vida boa, para a construção de territórios justos e sustentáveis.

IHU On-Line – Por que os resultados mais produtivos de accountability resultam da interação de mecanismos institucionalizados com mecanismos informais de controle?

Paula Chies Schommer – A interação contínua e dinâmica entre formas de controle mais institucionalizadas e formas de controle menos institucionalizadas é potencialmente mais efetiva na promoção da accountability do que os mecanismos estatais e os de controle social atuando isoladamente, na medida em que tal interação forja o engajamento mútuo de governantes e cidadãos na coprodução de bens e serviços, gerando aprendizagem e melhores resultados. Visão esta que direciona o foco para as múltiplas interações entre agentes e mecanismos de controle, que expressam novas possibilidades de accountability – híbrida, diagonal, transversal, social ou sistêmica.

Diversas iniciativas ao redor do mundo evidenciam o desejo crescente dos cidadãos de participarem do monitoramento e da produção direta de informações e do controle, provocando transformações nas formas usuais de controle institucional e social. Seja porque há insatisfação com a limitada capacidade das agências estatais desenhadas para esse fim, e seu usualmente baixo grau de abertura à participação cidadã; porque há desconfiança nas formas tradicionais de controle social – como o voto e a pressão política; pela visibilidade de casos de corrupção e a percepção dos cidadãos de que precisam envolver-se diretamente para mudar esse quadro; pela convicção de que os cidadãos podem produzir informações, controle e accountability atuando em paralelo ou em colaboração com o Estado.

A possibilidade de se obter e divulgar informações públicas qualificadas, com transparência e fidedignidade, é uma das condições para o bom desempenho do controle social, para a efetividade geral dos mecanismos de accountability e para a desconcentração de poder. O uso dessas informações para tomar decisões, influenciar o desenho de políticas públicas e permitir premiação ou sanção dos agentes públicos tende a promover aprendizagem e contribuir para a qualidade da administração pública e da democracia e para a qualidade de vida da população.

Tradicionalmente, as informações públicas são produzidas no âmbito do aparato estatal, notadamente por órgãos de controle institucional, como os tribunais de contas, e são direcionadas prioritariamente a outros órgãos estatais. Todavia, a sociedade pode e deve contribuir para a produção de informações técnicas qualificadas, de dados e indicadores que auxiliem o mo-

nitoramento de promessas políticas, planos de governo, políticas públicas e prestação de serviços. Essa contribuição pode ocorrer de diversas maneiras e em diferentes graus de engajamento, incluindo consulta, demandas específicas, debate sobre dados, produção independente para contraposição de dados e análises e encaminhamento de denúncias. Ao envolverem-se na coprodução de informações, os cidadãos interagem com servidores públicos e representantes políticos de diversos órgãos e instâncias e promovem interações entre eles. Podem igualmente promover mudanças em suas maneiras de agir e até mesmo em seus papéis, o que revela características de sistema dinâmico e as mudanças que podem ocorrer na atuação dos atores sociais em cada contexto.

Os cidadãos, especialmente quando organizados em movimentos, redes e associações, podem demandar dos órgãos institucionais informações mais apropriadas às necessidades de controle político e, ao mesmo tempo, produzir informações que permitam dialogar, contrapor e questionar informações oficiais, apontando para novas questões e interesses da população. Além disso, cidadãos e governantes podem atuar em conjunto, em papéis complementares e inter-relacionados, na produção das informações e do controle. O conjunto de informações produzidas pode servir tanto aos cidadãos como aos órgãos estatais para tomar decisões, alterar cursos de ação, exercer pressão, demandar justificativas, definir prêmios e punições.

Como resultado, haverá múltiplas interações dos mecanismos de controle institucional e de controle social e seus agentes, influenciando-se mutuamente, demandando e produzindo informações e estabelecendo a coprodução do controle.

A coprodução do controle, uma vez obedecendo a uma lógica sistêmica, tem sua qualidade definida pelo desempenho de cada parte e pela qualidade das relações entre elas. Sendo assim, se a articulação entre as partes é frágil, prejudica-se o potencial de coprodução. Uma vez que há diferentes possibilidades de interação, os papéis dos envolvidos podem variar de uma situação para outra, assim como o centro do processo de controle torna-se móvel. O que não significa que não haja uma estratégia de governança e que não sejam definidas regras, critérios, prazos, responsáveis. Mas as próprias regras, uma vez definidas, são controladas, avaliadas e passíveis de mudança, como fruto dessa inter-relação.

Dada a característica de rede sistêmica da coprodução do bem público controle, o desempenho de cada mecanismo tende a ser mais pleno na medida

em que se avance, simultaneamente, em capacidade técnica, maturidade política e na articulação entre os diversos atores e mecanismos envolvidos em sua produção, potencialmente gerando avanços na democracia, tanto em termos de cultura política como de suas instituições. A qualidade e a efetividade dos mecanismos de controle dependem, pois, de um processo contínuo de aprendizagem e amadurecimento político e institucional, marcado pela articulação sistêmica entre os vários atores e mecanismos, o que ocorre fundamentalmente pela experimentação em diferentes contextos localizados.

IHU On-Line – Que características históricas da relação Estado-Sociedade no Brasil dificultam a incorporação da accountability na democracia nacional?

Paula Chies Schommer – Considerando o histórico brasileiro de desigualdade econômica, social e política, as últimas décadas foram de avanços importantes em garantia de direitos, democracia e accountability. As expectativas democráticas convivem, entretanto, com valores e práticas arcaicas que insistem em se reproduzir.

Nas relações Estado-Sociedade, observa-se, por um lado, um processo ativo e dinâmico de articulação em torno de desafios comuns, com entusiasmo e abertura para o diálogo e a cooperação. Por outro, são ainda marcantes características típicas de um padrão estadocêntrico de relação Estado-sociedade, oposto ao padrão sociocêntrico que estaria em emergência no Brasil. Antigas características da cultura política brasileira, como formalismo, centralização de poder e tutela dos cidadãos pelo Estado, que desejaríamos estivessem superadas, parecem se revigorar. A cultura política e a administração pública brasileira são assim marcadas por idas e vindas e pela combinação do tradicional e do novo.

Entre os avanços nas relações Estado-Sociedade no Brasil, nas últimas décadas, podemos citar:

- 1) melhorias em indicadores de educação, saúde e renda, embora a posição do país em rankings internacionais de desenvolvimento ainda seja modesta diante de seu potencial;
- 2) difusão de canais de participação cidadã na administração pública;
- 3) múltiplas inovações em governos locais baseadas no fortalecimento da cidadania e da qualidade da administração pública;
- 4) novas formas de mobilização social, buscando influenciar a ação dos governos no sentido da transparência e da prestação de contas, da

- redução da corrupção, da qualidade dos gastos e serviços públicos e dos indicadores de bem-estar e qualidade de vida nas cidades;
- 5) mobilização da sociedade demandando mudanças de regras institucionais no processo eleitoral;
 - 6) novos mecanismos institucionais de transparência da administração pública e acesso à informação;
 - 7) disseminação do uso de tecnologias de informação e comunicação, facilitando o controle social, a expressão de opiniões, a conexão entre as pessoas e a ação coordenada entre elas em torno de interesses comuns;
 - 8) iniciativas localizadas, iniciadas por lideranças ou empreendedores sociais que, a partir de ideias simples, agindo em conexão com outros e fazendo uso de recursos disponíveis, promovem transformações na vida das pessoas, dinamizando redes e coproduzindo bens e serviços públicos;
 - 9) fortalecimento e integração entre órgãos de controle institucional, como Controladoria Geral da União, Ministério Público, Tribunal de Contas e controle interno nas prefeituras, os quais ampliam suas relações com mecanismos de controle social (exercido pela sociedade em relação aos governantes).

Defasagem

Por outro lado, entre as características arcaicas na relação Estado-Sociedade no Brasil, estão:

- 1) paternalismo (Estado como tutor, que não acredita na capacidade dos cidadãos e da sociedade civil organizada, assumindo a responsabilidade pela definição dos rumos da nação e pela produção de bens e serviços públicos, concentrando poder; cidadão como tutelado, esperando que o Estado resolva seus problemas, no máximo ocupando espaços de cidadania regulados pelo Estado);
- 2) concentração de poder político e econômico no governo federal e no âmbito privado, com estreitas relações entre o poder econômico de certos grupos ou famílias e o poder político em municípios, estados e

- nação, concentração essa que favorece a ineficiência e a corrupção e compromete a democracia;
- 3) distanciamento entre quem decide e quem está no contexto da ação;
 - 4) complexidade dos processos para acesso a recursos por governos locais e organizações da sociedade civil;
 - 5) formalismo (prevalece no país a crença de que a definição formal e detalhada de uma regra ou lei “perfeita” é suficiente para que os comportamentos mudem, o que nos faz conviver com infinidade de regras formais, detalhistas, por vezes contraditórias, nem sempre cumpridas, cuja pertinência é julgada de acordo com o contexto e os sujeitos envolvidos, gerando injustiças associadas ao padrão casuístico de aplicação das regras);
 - 6) prioridade à forma na prestação de contas, dificuldades na execução e desperdício de aprendizagem – a preocupação maior da prestação de contas é burocrática, priorizando conformidade a normas e procedimentos, e não os resultados ou os interesses diretos dos cidadãos;
 - 7) patrimonialismo, corporativismo, nepotismo, favoritismo, autoritarismo, populismo, privilégios, padrão casuístico dos partidos políticos e troca de votos por cargos públicos;
 - 8) ampla aceitação social do “jeitinho”, que, em sua tênue fronteira com a corrupção, abre espaço para a violência e a injustiça nas relações;
 - 9) reformas consideradas fundamentais, como as reformas política e tributária, estão estagnadas ou tramitam lentamente, fatiadas em pedaços nem sempre articulados, aprofundando o descrédito das instituições.

Accountability

No que tange mais especificamente a accountability, se analisarmos os avanços e estagnações na cultura política e nas instituições democráticas brasileiras, nos últimos 25 anos, veremos que, embora passos importantes tenham sido dados, ainda estamos longe de construir uma verdadeira cultura de accountability, ou seja, uma cultura na qual a noção de que se deve prestar contas por atos e omissões e ser responsabilizado por isso seja algo incorporado nas relações cotidianas, seja dos cidadãos entre si, ou destes com seus governantes. Principalmente porque, no Brasil, o surgimento de um novo valor

não necessariamente implica extinção do tradicional. Diversas características arcaicas ainda são visíveis, não obstante estejam transfiguradas e enfrentem novo posicionamento da sociedade civil e do aparato estatal. Embora tenhamos superado um regime autoritário e avançado em aspectos sociais, econômicos e políticos, o autoritarismo mostra capacidade de se redesenhar diante de mudanças em direção à accountability, inclusive driblando a ordem legal.

IHU On-Line – De que ordem são os desafios à democracia no século XXI?

Paula Chies Schommer – Vivemos um tempo em que a complexidade torna-se evidente, as crises e conflitos são evidenciados e valorizados como oportunidades para avançarmos. Um tempo de múltiplas possibilidades para a solução de problemas antigos e para fazer frente aos novos desafios que se apresentam. Um tempo de crise, inovação e aprendizagem. Crise que tem a ver com o esgotamento de recursos e de formas de ver o mundo, com as maneiras pelas quais se produz conhecimentos, bens e serviços, as formas pelas quais se estabelecem as relações entre as pessoas e destas com a natureza, com a falta de legitimidade de grandes estruturas hierárquicas e centralizadas. A crise, que também revela oportunidades, tem várias faces:

- Política, o que se vê pelo interesse das pessoas em exercer poder e participar da vida pública; pela crescente intolerância a modelos de gestão autoritários, centralizados, hierárquicos, manipulativos, coercitivos e paternalistas; pela rejeição a sistemas políticos que desresponsabilizam e tolhem os potenciais das pessoas.
- De valores, que pode ser representada pelas tensões entre individualismo–solidariedade; nacionalismo–universalismo; consumismo–cuidado; homogeneização de processos–diversidade; financeirização da economia e das motivações humanas–visão ampliada de riqueza.
- Demográfica, incluindo fatores como o prolongamento da vida e o envelhecimento da população, as mudanças nos padrões familiares e as novas ondas migratórias.
- De garantia de direitos a todos, pois em meio à abundância de alimentos, de riqueza e de tecnologia, grande parte da população mundial não desfruta plenamente de direitos básicos como os de alimentação, saúde, justiça, integridade física, segurança, educação e participação na vida política de sua cidade, de seu país.

- Ambiental, pelo esgotamento de recursos naturais e pela transformação dos modelos de desenvolvimento.
- Cultural: ao mesmo tempo que celebramos a diversidade e a interculturalidade, são reforçados aspectos de identidade e de pertença a uma comunidade; há certa homogeneização cultural global e ainda convivemos com intolerâncias de ordem religiosa, étnica e cultural.
- Econômica, ensejando questionamento ao sistema econômico centralizado e concentrador de riqueza, renda e poder, diante das evidências contundentes dos limites dos mercados como modo primordial de regulação da sociedade.
- De desemprego, de falta de qualificação e de acesso a oportunidades de estudar, trabalhar e contribuir para o coletivo de maneira qualificada.
- De legitimidade dos modelos tradicionais de regulação e controle, na família, no trabalho, na escola, nos mercados, nos governos, frente ao fato de que o conhecimento é cada vez mais disperso na sociedade.
- De gestão ou de governança, contemplando o desafio de viabilizar modelos de gestão que aproveitem melhor os recursos existentes e distribuí-los de forma mais justa e proveitosa ao potencial das pessoas para gerar bem-estar para si e para os demais.
- De modelo de desenvolvimento, pela rejeição a perspectivas produtivistas, centralizadas e homogeneizadoras, em favor do resgate de aspectos ecológicos e endógenos, fortalecendo as especificidades territoriais.

Transformação do paradigma territorial

Esses e outros fatores têm provocado mudanças no significado dos elementos territoriais e de proximidade, reforçando oportunidades em âmbito local. Em meio ao aumento do volume de fluxos de mercadorias, informações e de pessoas pelo mundo globalizado, há revalorização das comunidades, da proximidade e das conexões entre as pessoas, seja no interior de uma comunidade, seja nas suas conexões com outras, reforçando-se a percepção do capital social e das redes como elementos de identidade e de desenvolvimento.

A estrutura social é mais fragmentada e complexa, tornando as exigências sociais heterogêneas e específicas, o que exige respostas mais individuais, concretas, contextualizadas. Os sistemas de governo e governança são desafiados a dar conta dessa nova realidade.

Exigências

As pessoas tornam-se mais exigentes em relação a governantes e empresas. Querem informação e qualidade dos serviços, querem ser ouvidas e querem respostas a suas expectativas, resistindo a decisões ou regras que não compreendem. Além disso, expressam mais fortemente suas visões de mundo e interesses e percebem mais claramente seu poder, participando ativamente da produção de conhecimentos, conectando-se diretamente com outras pessoas, buscando coproduzir bens e serviços públicos para resolver seus problemas, sem necessariamente passar pela intermediação de empresas, governos, partidos e outras instituições mais tradicionais.

Despertar

Tanto no Brasil como em vários outros países, parece ser um tempo de despertar, de percepção de que é preciso exigir mais das instituições e sistemas políticos, econômicos e sociais. Ao mesmo tempo que é preciso desenvolver-se internamente, junto aos que estão a sua volta, “colocar a mão na massa” e engajar-se com outros na construção de uma boa vida para si, sua família, suas comunidades, sua cidade.

Diante do universo de informações disponíveis instantaneamente, a baixo custo e com baixo grau de controle central, a produção de conhecimento se multiplica infinitamente, torna-se disponível e acessível e permite novas conexões entre as pessoas. Com base no conhecimento e nas conexões, as pessoas partem para a ação, para a solução de problemas, para a construção de algo possível aqui e agora, conectando sonhos e práticas, em lugar da idealização e das grandes utopias.

O conhecimento multiplicado também fortalece a percepção da interdependência dos fenômenos, da multidimensionalidade do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, há maior permeabilidade das fronteiras entre o público e o privado, redefinição de papéis das diferentes organizações e instituições e novas formas de articulação entre elas.

IHU On-Line – Como os observatórios têm contribuído na construção permanente de um modelo democrático mais participativo e quais as principais diferenças entre as perspectivas democráticas do século XX?

Paula Chies Schommer – Os observatórios têm contribuído para aprimorar o controle sobre o poder e para que haja mais distribuição de poder na sociedade. O controle sobre o poder é essencial para a democracia. A produção e difusão de informações qualificadas é uma condição necessária para o controle sobre o poder público. Ao produzir informações qualificadas e incentivar o engajamento cidadão nas questões públicas, os observatórios contribuem: 1) para ativar e aprimorar os mecanismos e sistemas de controle e accountability – tanto os do próprio aparato estatal como os da sociedade; 2) para melhorar o desempenho da administração pública; 3) para responsabilizar os agentes públicos por seus atos e omissões e; 4) para que se encontrem novas soluções para desafios coletivos, por meio do engajamento mútuo entre governantes e cidadãos. Por meio dos observatórios, os cidadãos podem aplicar seus conhecimentos e sua capacidade de trabalho voluntário para qualificar a administração pública, as políticas públicas e a governança democrática em cada território. Reconhecendo que, por maior e melhor que seja a estrutura e o desempenho dos órgãos estatais, a qualidade da democracia e a qualidade de vida em uma cidade ou país dependem do contínuo e ativo engajamento cidadão na vida comunitária, nas questões coletivas, na esfera pública.

4

A reinvenção das políticas públicas baseadas na diversidade

Entrevista com Dirce Harue Ueno Koga⁴

Por Ricardo Machado

Para a pesquisadora Dirce Koga, os desafios a uma abordagem compatível com os desafios do século XXI passam por (re)conhecer as particularidades das milhares de cidades brasileiras

“Penso que os desafios iniciais para as políticas públicas no Brasil se referem a investir em conhecimento sobre as diversidades, desigualdades e particularidades das 5.570 cidades que hoje fazem parte do cenário nacional. Trata-se de um mosaico de dimensão continental a ser cada vez mais e constantemente desvendado, especialmente naquelas porções em que temos os territórios invisíveis, formados de cidadãos invisíveis justamente pelo fato de não pertencerem à cidade formal, aos territórios legais”, avalia **Dirce Koga**, em

4 KOGA. Dirce Harue Ueno. A reinvenção das políticas públicas baseadas na diversidade. In: **Revista IHU On-Line**. Metrópole, territórios e a reconfiguração das cidades. Um desafio para os Observatórios. São Leopoldo: IHU. 2014. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5696&secao=455 Acesso em 07 de jan. 2014.

entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Ainda de acordo com a professora, a realidade atual das políticas públicas tende a funcionar desde institucionalidades que deixam em segundo plano a realidade social e as complexidades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Ao debater a temática dos territórios, Dirce Koga reconhece que a problematização sobre o tema é recente no campo da assistência social e, inclusive, de seu reconhecimento como política pública de direito. Aliás, a pesquisadora ressalta que os “territórios são seres vivos e dinâmicos, pois nele atuam e interagem atores sociais os mais diversos, que disputam sua ocupação”. E completa: “a perspectiva territorial na política de assistência social, em minha opinião, ainda não está devidamente consolidada e incorporada no cotidiano da política. Considero que é a dimensão do território de vivência, isto é, a escala do cotidiano dos territórios que talvez mais se aproxime das demandas de proteção social, defesa de direitos e vigilância social que se constituem as três funções da política de assistência social”.

Por fim, a entrevistada lembra que os processos de financeirização dos espaços urbanos condicionam as soluções sobre o tema dos territórios a partir de uma definição arbitrária de quem deve e quem não deve ser parte das cidades. “Nessa lógica (financeirização), se aprofundam as desigualdades socioterritoriais, pois a cidade se consolida cada vez mais como produto de mercado, e seus moradores, como consumidores e não cidadãos”, argumenta.

Dirce Harue Ueno Koga é graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, realizou mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, onde também cursou pós-doutorado. Fez estágio de doutorado sanduíche junto ao Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS, no Observatoire Sociologique du Changement, França, e estágio de pós-doutorado no Institut d’Études Politiques da Universidade Pierre Mendès France – UPMF, Grenoble, França. Atualmente é pesquisadora, professora titular da Universidade Cruzeiro do Sul e Coordenadora do Programa de Mestrado em Políticas Sociais na mesma Universidade, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Cidades e Territórios. É autora do livro *Medidas de Cidades entre territórios de vida e territórios vividos* (São Paulo: Editora Cortez, 2ª edição, 2011).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De que forma podemos pensar o conceito de território a partir da perspectiva de Milton Santos? Que particularidades esse autor traz sobre o tema que reconfiguram nossa noção sobre este termo?

Dirce Koga – Interessante observar que para Milton Santos o território em si não é um conceito. Para ele seria o “território usado” a referência. Em uma entrevista para a editora Perseu Abrahmo, ele afirma: “O território em si não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”.

IHU On-Line – Como o modo atual de configuração e atuação das políticas públicas legitimam uma forma segmentária de compreensão da realidade social? Que impactos isso gera nas populações mais vulneráveis?

Dirce Koga – Penso que as políticas públicas no Brasil tendem a atuar a partir de suas respectivas institucionalidades, deixando em segundo plano a realidade social e suas múltiplas determinações sociais, econômicas, políticas e culturais. Dessa forma, se olha mais para os “públicos-alvo” e menos os contextos em que estão inseridos, se homogeneizando segmentos populacionais pelos seus perfis individuais.

IHU On-Line – Por que os territórios não estão restritos aos espaços físicos? Por que esta perspectiva é insuficiente para dar conta da complexidade de nossas sociedades?

Dirce Koga – Os territórios são seres vivos e dinâmicos, pois nele atuam e interagem atores sociais os mais diversos, que disputam sua ocupação. Por isso, restringir os territórios a uma delimitação física significa negar as relações sociais que se dão a partir dos mesmos, reconfigurando-os a cada momento. A delimitação física é somente um dos vetores a serem considerados para compreender os processos socioterritoriais em curso na nossa sociedade.

IHU On-Line – Qual é a abordagem sobre o tema do território prevista na Política Nacional de Assistência Social de 2004? Ela está sendo aplicada? Quais são as potencialidades e os limites?

Dirce Koga – O tema do território ainda é muito recente no campo da assistência social, tal como é seu reconhecimento como política pública de direito. Dessa forma, a perspectiva territorial na política de assistência social, em minha opinião, ainda não está devidamente consolidada e incorporada no coti-

diano da política. Considero que é a dimensão do território de vivência, isto é, a escala do cotidiano dos territórios que talvez mais se aproxime das demandas de proteção social, defesa de direitos e vigilância social que se constituem as três funções da política de assistência social.

IHU On-Line – Do que se trata a ideia/conceito de “território de vivência”? Qual sua contribuição para as complexidades contemporâneas?

Dirce Koga – Como já dito, considero o “território de vivência” a dimensão mais próxima da política de assistência social ao considerar a escala do cotidiano dos territórios, pois é nessa perspectiva que é possível identificar a dinâmica das relações e a produção e reprodução de demandas socioterritoriais.

IHU On-Line – De que forma a perspectiva da financeirização dos espaços nas cidades, chamado por David Harvey de “empreendedorismo urbano”, legitima políticas públicas segregadoras? Por que essa lógica gera ainda mais desigualdades?

Dirce Koga – E financeirização dos espaços urbanos já coloca de saída a opção pela lógica do mercado na definição dos territórios que deverão e daqueles que não deverão se constituir em cidade. Nessa lógica se aprofundam as desigualdades socioterritoriais, pois a cidade se consolida cada vez mais como produto de mercado, e seus moradores, como consumidores e não cidadãos.

IHU On-Line – De que ordem são os desafios às políticas públicas quando se leva em conta as complexidades das cidades e dos territórios que não estão institucionalizados, mas que, mesmo assim, fazem parte de nossa realidade social e que, portanto, são também territórios de convivência?

Dirce Koga – Os desafios iniciais para as políticas públicas no Brasil se referem a investir em conhecimento sobre as diversidades, desigualdades e particularidades das 5.570 cidades que hoje fazem parte do cenário nacional. Trata-se de um mosaico de dimensão continental a ser cada vez mais e constantemente desvendado, especialmente naquelas porções em que temos os territórios invisíveis, formados de cidadãos invisíveis justamente pelo fato de não pertencerem à cidade formal, aos territórios legais. Como exemplo, diria ainda que são desafiantes os territórios de fronteira (internacionais, interestaduais e intermunicipais) e as cidades de pequeno porte, que se constituem na maioria das cidades brasileiras e são vistas ainda de forma generalizada e homogênea.

5

Observatórios e o mundo do trabalho. Caminhos para uma visada da complexidade Entrevista com Moisés Waismann⁵

Por Andriolli Costa e Ricardo Machado

Moisés Waismann, coordenador do Observatório Trabalho, Gestão e Políticas Públicas, fala sobre as análises e complexidades que envolvem o tema.

Observar para tentar compreender. Em síntese, este é o trabalho dos observatórios, entre eles o Observatório Trabalho, Gestão e Políticas Públicas – UnilaSalle, coordenado por Moisés Waismann, que faz levantamentos sobre a realidade do trabalho na região metropolitana de Porto alegre e Vale do Sinos. “A contribuição que tem para os alunos e pesquisadores das nossas instituições de ensino superior é subsidiar a problematização da realidade econômica com dados e informações reais que auxiliem na solução destas realidades. Para a comunidade em geral a expectativa é de que o material possa ser apropriado

5 WAISMANN. Moisés. Observatórios e o mundo do trabalho. Caminhos para uma visada da complexidade. In: **Revista IHU On-Line**. Metrópole, territórios e a reconfiguração das cidades. Um desafio para os Observatórios. São Leopoldo: IHU. 2014. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5696&secao=455 Acesso em 07 de jan. 2014.

e debatido, contribuindo assim para o avanço do bem-estar da população”, destaca Moisés Waismann, ao explicar a atuação do observatório, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Apesar de o universo empírico do trabalho do observatório de Waismann se concentrar em uma determinada região, ele acredita que há uma certa regularidade que pode contribuir, em alguma medida, em outros contextos. “Acredito que, ao observarmos as dinâmicas que envolvem as relações de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, é possível compreender tanto a dinâmica do município de Canoas como de São Leopoldo, mas também compreender, de certa forma, o que ocorre no Brasil ou na Região Metropolitana de São Paulo”, avalia.

Moisés Waismann é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e realizou mestrado em Agronegócios pelo Programa de Pós-Graduação em Agronegócios pela mesma universidade. Doutorou-se em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Atualmente é professor pesquisador da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural no Mestrado em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle – Unilasalle e do grupo de pesquisa de Estratégias Regionais. Atua, também, como coordenador do Observatório Unilasalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O Observatório Unilasalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas publica mensalmente a Carta do Mercado de Trabalho, compilando dados nacionais e regionais sobre os avanços e retrocessos da disponibilidade de empregos em diversos setores. Qual a importância deste levantamento? Que tipos de percepções podem ser captados a partir destes dados?

Moisés Waismann – A “Carta” é um importante documento que tem por objetivo auxiliar os agentes econômicos (empresas, governos e trabalhadores) no entendimento tanto da conjuntura da atividade produtiva como nas transformações estruturais da mesma, percebendo a expansão e ou retração da atividade econômica e prevendo e agindo sobre as possíveis causas e/ou consequências. Dessa forma, podem planejar e se organizar para agir sobre esta realidade. Já a contribuição que tem para os alunos e pesquisadores das nossas Instituições de Ensino Superior é subsidiar a problematização da realidade econômica com dados e informações reais que auxiliem na solução destas realidades. Para a

comunidade em geral a expectativa é de que o material possa ser apropriado e debatido, contribuindo assim para o avanço do bem-estar da população.

IHU On-Line – Além da publicação da Carta, quais são as outras atribuições do Observatório?

Moisés Waismann – Além da Carta produzimos também uma Carta Especial sobre as mulheres no mercado de trabalho, já temos duas edições. E produzimos até agora uma setorial sobre a indústria calçadista no Vale do Rio dos Sinos, em parceria com o Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos – Observasinós. Agora estamos planejando estudar o Arranjo Produtivo Local da Moda e do Audiovisual, porém isso são planos.

IHU On-Line – Da perspectiva do território e das territorialidades, é possível compreender as dinâmicas que envolvem a relação de trabalho em regiões compartimentando análises locais?

Moisés Waismann – Esta é uma pergunta provocativa! A prática de produzir, a partir de dados gerais e nacionais, um recorte da realidade local e regional é sempre desafiadora por diversos motivos. O primeiro é o reconhecimento por parte da academia/pesquisa e também dos usuários destas informações de que isso é relevante. De senso comum, acreditamos que somente a realidade nacional e/ou internacional interfere nas ações de mundo, mas não é verdade. O segundo ponto, que é gerado em parte pelo primeiro, é que muitas vezes faltam dados disponíveis sobre a realidade local/regional para que se possa transformá-los em informação. O terceiro aspecto, que estamos trabalhando, por meio da realização do Seminário de Observatórios, que já está na sua quarta edição, é construir capacidades e inteligências para que se possa fazer a mediação da conjuntura/políticas internacionais/nacionais com a realidade local/regional, pois esta não se dá de forma direta e igual para todos. Dessa forma, acredito que, ao observarmos as dinâmicas que envolvem as relações de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, é possível compreender tanto a dinâmica do município de Canoas como de São Leopoldo, mas também compreender, de certa forma, o que ocorre no Brasil ou na Região Metropolitana de São Paulo.

IHU On-Line – Como um olhar mais sistêmico e descentralizado pode permitir o estabelecimento de políticas públicas mais eficientes para as cidades em seu conjunto?

Moisés Waismann – Este é um enorme desafio, porque sistêmico envolve e descentralizar pode dividir. Ocorre que nós ao mesmo tempo estamos no município, na região, no estado, no país. Temos então que pensar nestas inter-relações e tensionamentos, pois dessa forma os cidadãos e os gestores poderão compreender a realidade e os fatores que interferem ou alteram a realidade deste território. Ou destes territórios, visto que temos diferenças na apropriação de um mesmo espaço geográfico.

IHU On-Line – Em nível local ou nacional, você teria exemplos de iniciativas neste sentido?

Moisés Waismann – O exemplo que tenho foi um dissídio coletivo de uma categoria em que a “Carta” foi utilizada tanto pelo patronal como pelos trabalhadores para discutir a realidade daquele segmento econômico. Isso mostrou que estávamos no caminho certo e com um material de qualidade. Outra experiência foi auxiliar o gestor público na elaboração da política sobre a municipalização do sistema de emprego e renda.

IHU On-Line – De modo geral, a empregabilidade no Brasil vem subindo, especialmente no setor de Serviços. No entanto, que tipo de emprego é este? São postos qualificados, ou representam mão de obra pouco especializada?

Moisés Waismann – A atividade econômica do comércio é a porta de entrada de muitos trabalhadores no mercado formal de trabalho. Desde jovens e mulheres, bem como de aposentados. Ocorre que este setor é tradicionalmente carente de trabalhadores escolarizados, isto é, com ensino básico completo ou superior em formação e/ou com baixa experiência de trabalho. Como é um setor intensivo em mão de obra, emprega muito, mas com salário baixo. Outro exemplo é o setor financeiro, que exige minimamente que o ensino superior esteja em andamento, porém é intensivo em capital, o que significa que a renda é um pouco maior, mas as vagas não são muitas. Ambos são exemplos de atividades econômicas que fazem parte do setor de serviços. Segundo uma pesquisa que realizei desde 1996 até 2012, o salário dos profissionais com educação superior teve uma redução de cerca de 38% no período. Isso mostra que apesar de estarmos vivendo uma oferta de emprego grande e com poucos trabalhadores desempregados, o nível salarial vem caindo de uma forma geral.

IHU On-Line – Ainda faz sentido pensar na dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual?

Moisés Waismann – Esta separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, a meu ver, é um exercício didático de exemplificar a divisão do trabalho. Vejamos: se observarmos o estivador, temos nesse caso uma grande quantidade de força física aplicada na atividade laboral, mas também é verdade que temos um esforço intelectual bastante avançado para pensar como dar conta de vários sacos de 60 quilos ao longo do dia. Se pudéssemos observar uma pessoa trabalhando atrás de uma escrivaninha, em uma sala com ar-condicionado, ou seja, lendo, pensando(?) e escrevendo, deveríamos também atentar ao esforço físico necessário para esta atividade. De outra maneira, se fôssemos pensar em acúmulo de trabalho aplicado a cada um desses trabalhos, concluiríamos, segundo Smith e Marx, que o trabalho intelectual tem mais horas de trabalho socialmente necessário incorporado do que o do estivador.

IHU On-Line – De que modo a recessão progressiva de alguns setores, como o da Indústria, oferece indicativos de uma situação econômica muito mais complexa que afeta o mercado brasileiro?

Moisés Waismann – Gostei do termo. Recessão progressiva! Desde o final de 2013 venho dizendo que 2014 seria um ano complicado, pois é um ano de eleição presidencial. E esta oportunidade se apresenta para discutir projetos, rumos, visões e também quem (ou qual) vai gerir os fundos públicos e propor políticas públicas para os próximos quatro anos. Não é uma questão menor. Existem setores que apoiam e outros que reprovam o governo. E neste ambiente de disputa e instabilidade o(s) dono(s) do capital deixa(m) de investir. Se não investem, não compram, não há encomenda e nem emprego. A indústria brasileira é ainda o motor dinâmico da economia nacional. Ainda bem que o mercado externo apresenta sinais de recuperação e o setor primário (agricultura familiar e o setor do agronegócio) está bem. Quando passar a eleição as abóboras se acomodam. Os fundamentos macroeconômicos da economia brasileira estão ajustados apesar de todas as especulações.

IHU On-Line – Quais são os paradigmas que regem a visão de trabalho em um contexto de capitalismo pós-industrial, que ultrapassa os antigos limites da empresa capitalista e da carteira assinada?

Moisés Waismann – A intensificação do trabalho e a disputa pela mente dos trabalhadores! Penso que compreendo o que queres dizer, porém não tenho todas as certezas de que estamos vivendo um capitalismo pós-industrial. Pen-

so que ainda estamos nesta fase. É verdade que o setor de serviços (sistema financeiro, comércio, saúde, ensino...) vem assumindo cada vez mais a responsabilidade pela geração de postos de trabalho. Mas o motor, a dinâmica vem da indústria de alfinetes do Smith. É só verificar a onda gerencialista que invade as organizações. Como temos mais capital por seres humanos em organizações mais dinâmicas, isso faz com que o ser humano se adapte ao ritmo das máquinas na esteira de produção. E ao mesmo tempo os trabalhadores são submetidos à doutrina ideológica dos mecanismos de gestão, fazendo com que internalizemos práticas e rotinas que não fazem parte da nossa tradição, e sim da tradição fabril.

6

Tornar visível o invisível. O papel dos observatórios na luta dos movimentos sociais

Entrevista com Noemi Krefta⁶

Por Ricardo Machado

Para Noemi Krefta, ativista social, o trabalho dos observatórios deve se concentrar em trazer à tona as dificuldades que se apresentam nos territórios com relação às políticas públicas

Entre os inúmeros desafios dos observatórios, um deles é, justamente, tornar visível o invisível. Em última instância, “servir de suporte aos movimentos para dar visibilidade com números e com a profundidade dos problemas que os movimentos apontam, uma vez que estes nem sempre têm ferramentas para quantificar os desafios que lhes são colocados”, avalia a ativista social Noemi Krefta, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “Os movimentos buscam, em suas lutas, a efetiva implementação das políticas públicas e o aces-

6 KREFTA, Noemi. Tornar visível o invisível. O papel dos observatórios na luta dos movimentos sociais. In: **Revista IHU On-Line**. Metrópole, territórios e a reconfiguração das cidades. Um desafio para os Observatórios. São Leopoldo: IHU. 2014. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5695&seo=455 Acesso em 07 de jan. 2014.

so pela população, mas o Estado é que tem o dever de fazer com que as coisas aconteçam com qualidade e resolutividade”, complementa.

Ao pensar a realidade do Campo, Noemi sustenta que há suas especificidades e que, portanto, deve ser tratado dentro de suas particularidades. “O território campo se diferencia do urbano e assim é que deve ser visto e tratado. Sua população tem um modo próprio de organização e vida. Seus costumes, sua cultura, seu modo de falar. Isso precisa ser compreendido e ter um planejamento que dê conta de tratar as pessoas a partir de suas especificidades”, ressalta. “A falta de acesso à escola faz com que muitas vezes camponesas(es) tenham vergonha de falar, de exigir seus direitos e, assim, também nos casos de agravos de saúde têm dificuldades de expor o que sentem”, explica.

Por fim, a entrevistada destaca o papel do trabalho de pesquisa acadêmico e da necessidade de se pensar os desafios desde outras perspectivas que não estejam restritas à financeirização. “Quem propõe e quem faz pesquisa tem que ter claro que modelo de sociedade e de agricultura defende; se não se pautar pela produção dos alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, esse observatório não vai apresentar nenhum resultado com proposições para resolver a questão”, argumenta.

Noemi Krefta é ativista social e integrante do Movimento das Mulheres Camponesas – MMC e do Grupo da Terra do Ministério da Saúde.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como o trabalho dos observatórios auxilia nos processos de organização das demandas dos movimentos sociais?

Noemi Krefta – Os observatórios devem se preocupar em trazer à tona as dificuldades que se apresentam nos territórios em relação às políticas públicas. Devem servir de suporte aos movimentos para dar visibilidade com números e com a profundidade dos problemas que os movimentos apontam, uma vez que estes nem sempre têm ferramentas para quantificar os desafios que lhes são colocados. Os movimentos buscam em suas lutas a efetiva implementação das políticas públicas e o acesso pela população, mas o Estado é que tem o dever de fazer com que as coisas aconteçam com qualidade e resolutividade. Os observatórios devem ser sempre um instrumento à disposição das organizações, pois devem possibilitar o levantamento e a apresentação de dados fundamentais para qualificar as lutas e ter avanços concretos.

IHU On-Line – Como a problemática acerca dos territórios dialoga com a pauta dos movimentos sociais, especificamente com o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC?

Noemi Krefta – O Movimento de Mulheres Camponesas tem em sua missão a libertação das mulheres de toda forma de violência, a construção do projeto de agricultura camponesa agroecológico e a transformação da sociedade. O sistema capitalista, patriarcal e machista oprime e violenta as mulheres das mais diferentes formas, o que impacta em muito na vida das mulheres.

Vejamos: a agricultura convencional baseada no uso de agrotóxicos e sementes transgênicas invade o espaço de produção de alimentos saudáveis, de diversas formas. Não permite que as mulheres tenham autonomia sobre sua produção, contaminando suas sementes com o uso dos agrotóxicos, que contamina a água, o ar e o solo, ou com as sementes transgênicas, provocando perda de muitas espécies e variedades da produção alimentícia e medicinal. Isso causa grandes problemas, como, por exemplo, perda da diversidade e da cultura alimentar, graves problemas de saúde que estão se instalando não só nas pessoas do campo, mas de uma forma geral, como a depressão, os cânceres, o estresse, inclusive os suicídios; além da prática de violência contra as mulheres, pois pessoas desequilibradas, com problemas causados pelo uso de venenos, pelo endividamento, pela falta de perspectiva de renda, acabam resultando em espancamentos, estupros e morte de muitas mulheres.

Assim, temos desafios enormes na luta das mulheres. A libertação delas com autonomia sobre suas vidas, seja econômica, social, política e cultural, se trava numa luta contra o sistema capitalista e patriarcal de produção, que fundamenta e sustenta toda forma de opressão e submissão sobre as mulheres.

IHU On-Line – Considerando as complexidades contemporâneas, de que ordem são os desafios correspondentes à problemática dos territórios no campo? Como, por exemplo, áreas de agricultura familiar são impactadas pela polinização de outras áreas com plantio de sementes transgênicas?

Noemi Krefta – A falta de reforma agrária, os transgênicos, os agrotóxicos são causas de grandes problemas para as populações do campo. Eles geram miséria, fome e destruição ambiental, sendo ainda um fator de destruição da vida, com as doenças que vêm crescendo de forma assustadora, ou seja, o crescente índice de cânceres, até mesmo nas crianças, os suicídios e a depressão que vêm matando muitas(os) camponesas(es).

A impossibilidade de manter as sementes e o envelhecimento do campo são fatores que dificultam cada vez mais a permanência das famílias em seus espaços de produção de alimentos saudáveis de forma diversificada. Ainda podemos associar a isso a produção integrada às agroindústrias que mantêm as pessoas em um regime de “escravidão consentida”, pois não têm liberdade nem tempo para planejar seu modo de produzir, o que impede sua participação nos espaços de discussão e organização.

A produção dos alimentos perdeu grande parte de suas variedades; as plantas medicinais e os saberes tradicionais sobre elas também vêm sendo tirados principalmente das mulheres, com a sobrecarga de trabalho e a pulverização com agrotóxicos que elimina suas plantações.

IHU On-Line – Aliás, como podemos pensar os territórios do campo não como espaços geograficamente específicos e com demandas que podem ser consideradas comuns?

Noemi Krefta – O território campo se diferencia do urbano e assim é que deve ser visto e tratado. Sua população tem um modo próprio de organização e vida. Seus costumes, sua cultura, seu modo de falar. Isso precisa ser compreendido e ter um planejamento que dê conta de tratar as pessoas a partir de suas especificidades. A falta de acesso à escola faz com que muitas vezes camponesas(es) tenham vergonha de falar, de exigir seus direitos e, assim, também nos casos de agravos de saúde têm dificuldades de expor o que sentem. Isso também tem a ver com a educação que receberam na família. É muito mais difícil uma pessoa do campo falar sobre seu corpo, sua sexualidade, porque lhes foi dito que isso é feio e envergonha.

IHU On-Line – Em que medida uma melhor compreensão das complexidades dos territórios ajuda na construção de políticas públicas das populações mais vulneráveis?

Noemi Krefta – Com dados mais concretos e sistematizados que podem ser debatidos e aprofundados, as populações podem planejar suas lutas com mais clareza e pode lhes facilitar as ações de enfrentamento ao atual modelo de sociedade baseada no lucro e transformação de toda forma de vida e dos bens da natureza em mercadoria.

IHU On-Line – Qual o papel dos observatórios para entendermos de maneira mais clara as relações entre o desmatamento e um modelo de produção de alimentos baseado no agrobusiness?

Noemi Krefta – Deve-se ter um olhar de cuidado ambiental e cuidado com a vida, os pesquisadores precisam ser sensíveis às causas. Se quem pesquisa tem o olhar do lucro a qualquer custo vai entender que tudo está dentro da normalidade; portanto, quando se propõe um observatório, é preciso firmeza na condução do mesmo, caso contrário o resultado pode ser um desastre.

Sendo assim, quem propõe e quem faz pesquisa tem que ter claro que modelo de sociedade e de agricultura defende; se não se pautar pela produção dos alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, esse observatório não vai apresentar nenhum resultado com proposições para resolver a questão.

IHU On-Line – Qual a avaliação da senhora com relação ao trabalho desenvolvido pelos observatórios no Brasil? Quais são as potencialidades e os limites?

Noemi Krefta – Observatório não é só pesquisa, tem áreas delimitadas, mas deve aprofundar mais a situação, o que faz aparecer mais os potenciais ou os problemas existentes, refere-se a situações mais locais. São feitos em momentos e poucos têm continuidade. Não basta levantar os fatos, é preciso acompanhar e instigar a população para se organizar em busca de soluções dos seus problemas. Também é preciso tornar os dados públicos, pois na maioria ficam bastante restritos à academia.

IHU On-Line – De que forma a garantia no acesso às informações dos observatórios é, também, um ato político de garantia dos Direitos Humanos?

Noemi Krefta – Quando um observatório guarda seus dados, ele perde seu objetivo, pois nos levantamentos de casos suas informações devem servir para conscientizar a população em questão para lutar pela superação de seus problemas e na conquista de direitos. Desta forma ele se torna ferramenta de luta em busca dos direitos, sejam eles humanos ou até mesmo ambientais.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Noemi Krefta – Como Movimento social e popular, entendemos que é preciso avançar com as ferramentas que se propõem a analisar casos para contribuir na construção de metodologias de proposição a fim de superar as iniquidades vividas pela população em questão.

7

Seminários dos Observatórios e memórias

7.1. I Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos nas Políticas Públicas

Data

27 e 28 de setembro de 2011

Objetivo Geral

Promover o debate e aprofundamento das metodologias empregadas pelos observatórios sociais, o tratamento dos indicadores socioeconômicos e seus impactos em relação às políticas públicas.

Objetivos Específicos

1. Proporcionar a exposição, troca de experiências e articulação dos gestores e pesquisadores dos observatórios sociais.
2. Debater e aprofundar os referenciais e metodologias de tratamento dos indicadores socioeconômicos e impactos dos observatórios junto às políticas públicas.

Conferencista

Profa. Dra. Renata Mirandola Bichir – SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Apresentação de experiências

ObservaPOA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Adriana Furtado

Observatório do Trabalho – Universidade de Caxias do Sul. Moisés Waismann

Observatório da Juventude – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Hilário Dick e José Silon

Observatório: formação continuada cooperativa para o desenvolvimento do processo educativo de leitura e produção textual no Ensino Fundamental. PPG Letras, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Ana Maria M. Guimarães

Observatório da Segurança Pública de Canoas. Canoas-RS. Rafael Dal Santos e Aline de Oliveira Kerber

Wikicidade – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Daniel Bittencourt

Trabalhos apresentados: 12

7.2. II Seminário dos Observatórios, Metodologias e Impactos nas Políticas Públicas

Data

27 e 28 de novembro de 2012

Objetivo Geral

Promover o debate, a análise e a qualificação das metodologias dos Observatórios Sociais em relação à sua atuação e impacto junto às políticas públicas, no contexto contemporâneo de afirmação da democratização do Estado e da Sociedade brasileiros.

Objetivos específicos

1. Promover o aprofundamento teórico e metodológico sobre os desafios e as possibilidades dos Observatórios com atuação junto às políticas públicas.
2. Proporcionar a troca de experiências e análise das metodologias de atuação dos Observatórios, seus gestores e pesquisadores, especialmente em relação ao tratamento dos indicadores socioeconômicos e de suas bases de dados.
3. Estimular o diálogo analítico e propositivo com os gestores das políticas públicas e dos sistemas de informação e das bases de dados federais relacionados às políticas de educação, proteção social, saúde, segurança e trabalho.

4. Subsidiar a qualificação e articulação dos Observatórios Sociais enquanto espaços e processos estratégicos de fortalecimento das políticas públicas.

Conferencista

Prof. Dr. José Luiz Braga – Unisinos

Assessores por eixos temáticos

26 trabalhos apresentados

Educação – **Profa. Dra. Flavia Werle**

Proteção – **Dionara Borges Andreani Barbosa** – SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Segurança – **Eduardo Pazinato** – Secretário Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Canoas e presidente da Associação Estadual de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública

Trabalho – **Prof. Dr. Moisés Waismann**

7.3. III Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos nas Políticas Públicas: Estado, Sociedade, Democracia e Transparência

Data

18 e 19 de novembro de 2013

Objetivo Geral

Analisar e debater as diferentes naturezas e perspectivas dos Observatórios nos cenários contemporâneos da transparência e democratização do Estado e da Sociedade brasileira.

Objetivos Específicos

1. Oportunizar a exposição e aprofundamento das experiências dos Observatórios, destacando seus enfoques epistemológicos, metodológicos e impactos nas realidades.
2. Identificar possibilidades e limites da atuação dos Observatórios junto às políticas públicas.

3. Promover a avaliação, o fortalecimento e a articulação dos Observatórios nos processos de democratização e de transparência do Estado e da Sociedade.

Conferencista

Profa. Dra. Maria da Gloria Gohn – Unicamp

Debatedor

Prof. Dr. José Luiz Braga – Unisinos

Painelistas

Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro – Observatório das Metrôpoles

Prof. Dr. Josenildo Luiz Guerra (UFS / Rede Nacional de Observatórios da Imprensa – RENOI)

Prof. Dr. Helder Eterno da Silveira (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES)

26 trabalhos apresentados

7.4. IV Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos: territórios e políticas públicas

Data

29 e 30 de setembro de 2014

Objetivo Geral

Analisar e articular as concepções, práticas e contribuições na qualificação das estratégias de relação dos Observatórios com os territórios e os seus impactos nas políticas públicas.

Objetivos específicos

1. Promover o debate sobre as metodologias de acesso, sistematização e publicização dos indicadores e bases de dados utilizados pelos Observatórios.

2. Avaliar as contribuições e limites dos Observatórios nas suas relações com os agentes implicados na construção e controle social das políticas públicas nos diferentes territórios.

Conferencista e assessoria

Profa. Dra. Dirce Harue Ueno Koga – Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL

Debatedora

Profa. Dra. Paula Chies Schommer – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Mesa Redonda

Prof. MS Irio Conti – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA

Noemi Krefta – Movimento de Mulheres Camponesas e Articulação Nacional de Agroecologia

AS Paola Carvalho – Coordenadora Executiva do Programa RS MAIS IGUAL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Prof. MS Mauricio Farias Cardoso – Presidente da Associação Comercial e Industrial de Alvorada

30 trabalhos apresentados

8

Rede de Observatórios Sociais, trilhas e projetos

A implantação da “Rede de Observatórios” deu-se ao final do *III Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos nas Políticas Públicas: Estado, Sociedade, Democracia e Transparência* com o objetivo de congregar os diferentes Observatórios como um espaço de intercâmbio de informações, aprendizagem e trabalho coletivo.

A experiência da Rede está na construção da REDE e do seu enredamento. Para isso, tornou-se indispensável a aproximação com a história e a identidade de cada Observatório, que seguem aqui apresentadas:

8.1. Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos – ObservaSinos

O ObservaSinos é um programa do Instituto Humanitas Unisinos – IHU e também vinculado ao Centro de Cidadania e Ação Social da Associação Antonio Vieira.

Objetivo Geral

Sistematizar e publicizar os indicadores socioeconômicos e ambientais, promovendo o debate e a análise da realidade do Vale do Rio dos Sinos, em vista do fortalecimento do protagonismo cidadão na implementação, moni-

toramento, avaliação e controle social de práticas e políticas afirmadoras da sociedade sustentável.

Objetivos Específicos

- Acessar, sistematizar e analisar os indicadores ambientais, econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos dos quatorze municípios da região do Vale do Rio dos Sinos, a partir de diferentes bases de dados públicas.
- Publicizar e promover o debate sobre as realidades locais e regional do Vale do Rio dos Sinos com a sociedade civil, conselhos de direitos e políticas, assim como com a comunidade acadêmica e as gestões governamentais.
- Promover a assessoria, formação e articulação com os diferentes agentes locais e regional, em vista da implementação, monitoramento, avaliação e controle social das práticas e políticas públicas.

A **Equipe** é formada por profissionais e acadêmicos de diferentes áreas de conhecimento: ciências sociais, serviço social, economia, comunicação, comunicação digital, jogos digitais, entre outras.

Metodologia

Os cenários e as demandas que apontaram a criação e desenvolvimento do ObservaSinos, assim como seus objetivos e ações, foram fundados na dialética crítica, enquanto reconhecimento dos processos, que articulam teoria e prática, informação e formação. Vale-se ainda da teoria da complexidade no reconhecimento da indissociabilidade entre o todo e as partes. Busca, na educação popular, a perspectiva da articulação entre o ensino e a aprendizagem, o conteúdo e a forma, entre os educadores e os educandos. Neste sentido, o ObservaSinos é pautado pela transdisciplinaridade do conhecimento e inter-setorialidade da ação.

Relação com políticas públicas e territórios: Os dados, as sistematizações e os debates sobre as realidades são organizados levando-se em conta as TEMÁTICAS da realidade implicadas à cidadania, que têm relação especialmente com as políticas: Ambiental, Assistência Social, Educação, Habitação, Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Segurança Pública, Trabalho, Transporte, entre outras políticas de segmentos populacionais – Afrodescendentes, Crianças e Adolescentes, Jovens, Povos indígenas, Idosos, Mulheres, e outras.

O ObservaSinós tem como TERRITÓRIOS de Investiga-Ação os 14 municípios da região do Vale do Sinós, reconhecendo-os no contexto da região metropolitana de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Aprendizados

A reunião e sistematização de indicadores sociais, econômicos, políticos, culturais, ambientais e religiosos se constitui como um importante disparador de debate, análise e intervenção na realidade. Suas produções transdisciplinares e intersetoriais, assim como ações de informação e formação, promoveram debates pela população e sua consequente intervenção nas políticas públicas e, em especial, junto às políticas sociais do trabalho, educação, assistência social, saúde, segurança e meio ambiente. Reafirmou-se a potência da Observa-Ação e da Investiga-Ação como estratégica que articula a Universidade e Sociedade, os pesquisadores e a População, trabalhadores e gestores públicos. Os meios digitais e o espaço público virtual das ações e resultados do trabalho do Observa potencializam seu ser e fazer continuado e permanente.

Contato

Profa. Dra. Marilene Maia – Coordenadora

E-mail: observasinos@unisinos.br

Telefone (51) 3590-8474 Ramal 1139

<http://www.ihu.unisinos.br/areas/trabalho/observa-sinos>

8.2. Observatório Unilasalle Trabalho, Gestão e Políticas Públicas

O processo de reestruturação produtiva no Brasil marcado por processos que poupavam matéria-prima e também força de trabalho por meio da intensificação do uso de capital na produção. Desde então as questões que envolvem o trabalho, e sua relação com a gestão, bem como as políticas públicas, têm sido objeto de atenção de diferentes instituições de pesquisa.

Saber quais foram os impactos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), mais especificamente no município de Canoas, bem como se organiza o mundo do trabalho e os processos de gestão nesta nova realidade e quais foram os efeitos das políticas

públicas na relação do mundo do trabalho com as organizações, são questões que se pretende estudar no Observatório Unilasalle.

Objetivo Geral

Promover pesquisas acerca do mundo do trabalho e de sua relação com a gestão, bem como as políticas públicas e seus vínculos com a dinâmica econômica nas regiões geográficas, do Brasil, do Rio Grande do Sul, da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e do município de Canoas, assim como na área de abrangência política do Unilasalle, com vistas a oferecer subsídios aos alunos, professores e pesquisadores da Instituição, bem como ao setor produtivo, ao setor público e à sociedade civil organizada com a intenção de intensificar as relações entre o Centro Universitário La Salle e a comunidade.

Objetivos Específicos

- Investigar dados e estatísticas disponíveis sobre o mercado de trabalho, em fontes secundárias, como Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), os registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).
- Sistematizar os dados e estatísticas para o município de Canoas e para os municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).
- Analisar os dados disponíveis e produzir informação/conhecimento a partir dos mesmos.
- Disponibilizar as informações para a comunidade acadêmica do Centro Universitário La Salle.
- Disponibilizar informações para ação de gestores públicos, privados e da sociedade civil organizada.
- Disponibilizar conhecimentos derivados das pesquisas aos programas de pós-graduação, bem como disponibilizar informações para pesquisas aos Mestrados do Unilasalle.
- Propor programas, projetos e ações por meio de análises reflexivas.
- Identificar as novas ocupações (habilidades e competências) no mundo do trabalho.

- Entender a velocidade da inserção no mundo do trabalho e as áreas de atuação que existem para os egressos do Centro Universitário La Salle.
- Compreender o impacto do Centro Universitário La Salle na sociedade, por meio de uma investigação da inserção dos egressos no mercado de trabalho.
- Reforçar as ações da Instituição na função de prestar suporte ao processo de formação dos estudantes, conjugando ensino, pesquisa e extensão.

Contato

Prof. Dr. Moisés Waismann

E-mail: moises.waismann@unilasalle.edu.br

Telefone: (51) 3476-8500

<http://unilasalle.edu.br/canoas/noticias/observatorio-unilasalle-trabalho-gestao-e-politica/>

8.3. Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional

O **Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional** (OBSSAN) foi criado no ano de 2012, visando operacionalizar no estado do Rio Grande do Sul os indicadores propostos no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2012/2015. Além disso, tem o objetivo de ser um espaço de estudo, pesquisa e extensão, desenvolvendo o diálogo e um fluxo de informações a nível estadual e municipal entre o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), academia, setores governamentais e sociedade civil. O OBSSAN foi criado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS, em parceria com o CONSEA e o Departamento de Informática da UFRGS. A fim de facilitar o acesso às informações que compõem os indicadores propostos no PLANSAN, e assim cumprir seus objetivos, o OBSSAN propôs a criação de uma plataforma web com acesso público que poderá subsidiar ações de assistência técnica, gestão, controle social e produção de análises sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Rio Grande do Sul.

O grupo de estudos e pesquisas, constituído por pesquisadores e profissionais de várias áreas do conhecimento, desenvolve ações e fomenta pesquisas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional e estabelece como objetivo compreender e aprofundar o debate e a reflexão sobre os principais eixos que tratam da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional com perspectiva no Direito Humano a Alimentação Adequada, incorporando a problemática da saúde, da inclusão social, da geração de renda, entre outras.

Uma das principais estratégias do OBSSAN destaca-se por buscar fomentar um processo de mobilização social, econômica, cultural e ambiental de todas as potencialidades de uma região ou território em prol da qualidade de vida das populações no que se refere a um enfoque territorial. O Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), fomentou o Programa Territórios da Cidadania, o qual deu origem aos Territórios Rurais, com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial. No Rio grande do Sul foram constituídos 18 Territórios Rurais, para cada um deles pressupõe-se a criação de um Colegiado de Desenvolvimento Territorial e um Núcleo de Extensão Interinstitucional em Desenvolvimento Territorial. Este último inserido na conjuntura de instituições de ensino públicas para auxiliar e subsidiar por meio de ações de extensão e pesquisa as atividades desenvolvidas pelo colegiado. Assim, uma ação importante do OBSSAN é contribuir com a constituição e consolidação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial e o Núcleo de Extensão Interinstitucional em Desenvolvimento Territorial, com a finalidade de fortalecer o processo de implantação do Território Rural do Litoral e dos Campos de Cima da Serra no Estado do Rio Grande do Sul. Dessa forma, propicia uma ampla gama de informações e conhecimento, visto que é pujante a necessidade de qualificação dos processos exitosos de Gestão Social e seu fomento por meio de políticas públicas como a Política de Desenvolvimento Territorial. O que, não obstante, amplia o papel da pesquisa e fortalece as ações de extensão universitária nas Universidades.

Contato

Telefone: (51) 3308-4024

E-mail: nesan@ufrgs.br

Site: <http://www.ufrgs.br/obssan/obssan/index.php?r=site/index>

8.4. Observatório da Cultura de Porto Alegre

O Observatório da Cultura de Porto Alegre é um projeto da Secretaria Municipal da Cultura, vinculado administrativamente à Assessoria de Estudos e Pesquisas (ASSESPE) desse órgão.

Missão

Contribuir para o aperfeiçoamento das políticas culturais locais, através da produção, análise e difusão da informação.

Objetivos

Monitorar e avaliar o impacto das políticas e ações culturais; desenvolver indicadores a partir da coleta e interpretação de dados sobre o setor cultural; subsidiar o planejamento de investimentos em cultura, com base em evidências; apoiar a capacitação de agentes culturais locais.

Origens

A partir do projeto apresentado pelo Técnico em Cultura Álvaro Santi ao então Secretário da Cultura Sergius Gonzaga, o Observatório iniciou suas atividades junto ao Memorial do Mercado Público, em abril de 2010. Foi apresentado à comunidade em 18 de novembro daquele ano, ocasião em que foi anunciado o apoio obtido para suas primeiras ações, via edital do programa Barcelona Solidária e AECID para cidades signatárias da Agenda 21 da Cultura. Após o incêndio de 6 de julho de 2013 (quando sofreu grande prejuízo com perda total de computadores e biblioteca especializada), o Observatório passou a funcionar na Casa Torelly.

Ações realizadas

Curso Introdução à Gestão e Política Cultural (extensão) a distância, em parceria com a Unisinos, gratuito, para profissionais do setor público e privado da RMPA, com 80 vagas (2011); Seminário Internacional Cultura e Desenvolvimento Local, em parceria com a UFRGS (2011); Participação na elaboração do Plano Municipal de Cultura, ora em tramitação na Câmara de Vereadores (2013-4); Grupo de estudos da SMC sobre Gestão e Política Cultural (2011-2); estudos sobre economia criativa, indicadores culturais, leis de incentivo e conselhos de cultura, entre outros.

Ações em andamento

A partir de 2012, ainda com o apoio da Agenda 21 da Cultura, desenvolve o Sistema de Informações Culturais de Porto Alegre-SiC-PoA (<http://sic.portoalegre.rs.gov.br>), desde então em constante aperfeiçoamento visando integrar-se ao cotidiano dos agentes culturais, de maneira colaborativa, para a coleta e sistematização da informação sobre a oferta cultural no Município.

O SiC-PoA tem como complemento o blog do Observatório <http://culturadesenvolvimentopoa.blogspot.com>, instrumento ágil de compartilhamento, via redes sociais, de informações sobre oportunidades de trabalho, formação e fomento para o meio cultural, bem como conteúdos próprios ou de terceiros sobre temas de interesse em política e gestão cultural, que recebe em média cerca de cem visitas diárias, ao longo dos últimos três anos.

Em 2013, teve contemplado, em edital do Fundo de Apoio à Cultura Pró-cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o projeto de pesquisa “Usos do Tempo Livre e Práticas Culturais dos Porto-Alegrenses”, ora em fase de coleta de dados, cujos resultados serão publicados no primeiro semestre de 2015. O objetivo é compreender a demanda e o acesso a produtos e serviços culturais, bem como outras práticas de lazer “não culturais”, para subsidiar a formulação de políticas de inclusão cultural e monitorar seus resultados a médio e longo prazo, mediante repetição periódica.

Contato

E-mail: observatorio@smc.prefpoa.com.br

Telefone: (51) 3225-0793

Site: <http://culturadesenvolvimentopoa.blogspot.com.br/>

8.5. Observatório Cultural Unilasalle

Origem

O Observatório Cultural Unilasalle surge em 2012, por demanda de Reitoria e no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais.

Objetivos/foco

O Observatório Cultural Unilasalle é um núcleo de pesquisa e extensão com foco em atividades acadêmicas e profissionalizantes. Tem por missão con-

tribuir na promoção da cidadania cultural por meio do esforço de compreensão da dinâmica economia da cultura, com ênfase em ações inovadoras e geradoras de valor compromissadas com o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento regional. Sua visão é consolidar-se como um centro de referência no Brasil e na América Latina em sua área e excelência: a observação e o mapeamento do patrimônio cultural em todas as suas formas e expressões.

Equipe/quem participa

A equipe do Observatório Cultural Unilasalle é coordenada pelo prof. Lucas Graeff, constituindo-se através de alunos de graduação e pós-graduação, professores, servidores públicos e outros profissionais interessados em colaborar na proposta do Observatório e em suas pesquisas. Desde novembro de 2013, a equipe conta com uma parceria sistemática do coordenador do Observatório Unilasalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas, professor Moisés Waismann. No total, uma quinzena de alunos de graduação e pós-graduação já estiveram em atividade no Observatório Cultural Unilasalle.

Metodologia

O Observatório Cultural Unilasalle fomenta o pluralismo metodológico, buscando resolver problemas de pesquisa através de técnicas como observação direta e participante, análise e produção de estatísticas, questionários, entrevistas de profundidade, conversas informais, diário de campo, descrição densa e captação de sons e de imagens.

Relação com políticas públicas e territórios

Desde dezembro de 2013, o Observatório Cultural Unilasalle adotou o recorte territorial de regiões metropolitanas. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, já realizou contatos com prefeituras de todos os municípios e dispõe de um mapeamento de equipamentos culturais “nobres” ou “típicos”, isto é, museus, teatros, arquivos e bibliotecas. Dispõe, ainda, de uma interlocução sistemática com a Secretaria Municipal de Cultura de Canoas/RS com vistas à produção de indicadores e dados relativos à vida cultural na cidade.

Aprendizados

As pesquisas realizadas pela equipe do Observatório Cultural Unilasalle se consolidaram através do cruzamento dos dados da Munic-IBGE com os obti-

dos por intermédio de contatos com prefeituras e gestores culturais. Uma das preocupações para 2015 é avançar na obtenção de informações sobre o perfil histórico, étnico e cultural dos municípios da RMPA: data de emancipação; datas de surgimento e de eventuais desaparecimentos de equipamentos culturais; datas de investimento ou desinvestimentos em equipamentos culturais; linhagens familiares de prefeitos e vereadores; períodos de fluxos demográficos significativos; etc. Essas informações sustentarão a testagem de hipóteses explicativas sobre a oferta e a demanda de bens culturais na Região, bem como sobre as condições de difusão e centralização de equipamentos culturais em determinados municípios.

Contato

Telefone: 51 3476.8500

E-mail: observatoriocultural@unilasalle.edu.br

Site: <http://observatoriocultural.unilasalle.edu.br>

8.6. Observatório da Discriminação Racial no Futebol

Origem

O Observatório da Discriminação Racial no Futebol é um projeto que iniciou na internet com a intenção de monitorar, divulgar e acompanhar os casos de intolerância racial no futebol, assim como ações afirmativas que visem acabar com o racismo.

Objetivos/foco

Monitorar, divulgar e acompanhar, através de seus canais, os casos de racismo no futebol, assim como ações informativas e educativas que visem erradicar a intolerância racial que tanto macula a democracia das relações sociais.

Equipe/quem participa

Marcelo Carvalho – Idealizador e responsável pelo projeto. Débora Silveira – Responsável pela área de tecnologias.

Metodologia

Monitoramento através da internet dos casos de racismo que acontecem no Brasil e no mundo, assim como punições e ações informativas e educacionais. Elaboração de conteúdo próprio com agentes que trabalham no futebol (jornalistas, dirigentes, jogadores) sobre o racismo no futebol. Ontem, hoje e o futuro. Compartilhamento dos casos de racismo, do material próprio produzido e de pesquisas encontradas na internet.

Relação com políticas públicas e territórios

Através de parcerias, realizar seminários e outros eventos que abordem a questão do racismo no futebol. Em setembro de 2014 foi realizado o 1º Seminário sobre Racismo no Futebol: Fato – Causa – Consequência, em parceria com a Federação Gaúcha de Futebol.

Aprendizados

Com as pesquisas realizadas, conseguimos levar aos nossos leitores a importância do futebol na inclusão do negro nas sociedades esportivas e na transformação de vida de atletas e suas famílias. Em contraponto, conseguimos perceber que a presença do negro nos clubes transformou o futebol, antes um esporte etilista e amador, em profissional e o mais popular do planeta.

Contato

Coordenador Marcelo Carvalho – mmcarvalho8@gmail.com
www.observatorioracialfutebol.com.br
<https://www.facebook.com/observatorioracialfutebol>

8.7. Observatório de Educação

Origem

O Observatório de Educação cujo projeto, organizado na forma de Núcleo em Rede, é designado Indicadores de Qualidade e Gestão da Educação, teve origem no Edital nº 038/2010/CAPES/INEP. Dele participam Programas de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo, da UNESP/Marília, da UNIOESTE/Foz do Iguaçu, da URI/Frederico Westphalen e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, onde está a coordenação geral.

O Núcleo em rede, sendo constituído por sete subprojetos, atende aos seguintes objetivos gerais

- Integrar e ampliar redes de pesquisa entre Programas de Pós-Graduação em Educação de localidades diferentes do país, assim como aproximar e fortalecer o diálogo entre pesquisadores, gestores de sistemas/unidades escolares e diferentes segmentos da escola, em busca de uma educação de melhor qualidade.
- Analisar questões afetas ao desempenho de alunos do ensino superior e da educação básica em sua relação com as condições institucionais, seus modos de funcionamento, suas identidades e as concretizações das políticas públicas, incluindo as de formação continuada de professores.
- Articular diferentes níveis do sistema educacional como objeto de estudo e como espaço de produção do conhecimento e de formação de quadros de maneira que seus atores, como professores-pesquisadores, contribuam criticamente para o delineamento de melhores práticas e políticas para a educação.
- Compartilhar dados das pesquisas e a produção conjunta de conhecimento entre os componentes do Núcleo em Rede e com os profissionais da educação básica, incentivando a socialização de práticas e o diálogo entre os pares.
- Promover seminários, jornadas de estudos, fóruns, oficinas e atividades de extensão na perspectiva de discussão permanente de questões afetas aos indicadores de qualidade de sistemas e instituições escolares e à utilização crítica de dados do Saeb, ProvaBrasil, EdudataBrasil Censo, ENEM, IDEB, integrando e socializando a produção científica dos PPGs envolvidos junto a escolas de Educação Básica, cursos de formação de professores e sistemas de ensino.
- Formar recursos humanos em nível de pós-graduação na área de políticas educacionais, capazes de interpretar e manejar dados estatísticos articuladamente com a produção teórica da área.

Metodologia

Cada subprojeto articula sua própria metodologia, assim como cada pesquisa de mestrado e de doutorado envolvida. De forma geral, pode-se afirmar que nos projetos predomina a metodologia qualitativa, presente de diferentes formas. São realizadas entrevistas, análise de documentos, visitas, observa-

ções, grupo focal, dentre outras estratégias metodológicas. Os debates acerca de evasão, repetência são suportados por metodologias quantitativas.

Relação com políticas públicas e territórios

Alguns dos subprojetos estão mais próximos do tema territórios, teorizando e analisando a questão em suas inter-relações com a educação. Todos os projetos e pesquisas realizadas situam-se no quadro dos debates das políticas públicas educacionais e suas repercussões em termos de qualidade e melhoria da educação pública. Há uma predominância de debates voltados para a avaliação em larga escala.

Contato

Coordenadora: Flávia Werle

E-mail: flaviaw@unisinos.br

Telefone: (51) 3591-1122

Site: <http://unisinos.br/blogs/observatorio-piqgd/>

8.8. Observatório da Cidade de Porto Alegre

A criação do Observatório se insere no contexto maior referente aos objetivos do Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP) da Rede 3 – Urb-Al e da organização Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). Para o OIDP, o Observatório proporciona informações e estudos que permitem conhecer e avaliar comparativamente a qualidade do desenvolvimento das múltiplas formas de democracia participativa. Para a CGLU, a criação do Observatório vai ao encontro do compromisso desta organização, que representa 100 mil cidades de todos os continentes, quanto ao cumprimento das metas do milênio da ONU para 2015.

O principal objetivo do ObservaPOA é **disseminar o conhecimento sobre a cidade** através da construção de uma ampla base de informações georreferenciadas. O Observatório gera informações e conhecimento sobre as principais características que constituem a **realidade socioeconômica de Porto Alegre**, constituindo um banco de dados gradativamente ampliado e qualificado. Esse banco de dados é sistematizado e progressivamente formatado em bases georreferenciadas, a partir de indicadores gerando mapas territoriais

específicos e disponibilizados em **plataformas amigáveis** através do site (observapoa.com.br) desenvolvido para este fim. Duas ferramentas em especial disseminam os resultados trabalhados: “Porto Alegre em Análise” e “Porto Alegre em Mapas”.

Para ultrapassar as limitações de indicadores tradicionais construídos de forma distanciada, a participação dos diversos segmentos da sociedade é fundamental. Isto implica em que todo cidadão tenha canais de acesso para sugerir e participar na construção de indicadores que melhor expressem as condições sociais e o nível democrático em que vivem. Para qualificar a tomada de decisões em relação ao OP, o Observatório **tem como base os territórios determinados pelo Orçamento Participativo**, formando, assim, seus **mapas referentes à cidade, suas regiões e bairros**.

Atualmente, a equipe do ObservaPOA é formada pelo sociólogo Rodrigo Rangel, a professora Liane Bayard, o estatístico Rodrigo Coster, o assistente administrativo Lucas Figueiredo, o estagiário de Geografia Marcelo Amarante, o estagiário de Jornalismo Rafael Santana, a estagiária de Design Patrícia Casariego e o estagiário de Estatística Tobias Gomes.

Contato

E-mail: observapoa@observapoa.com.br

Telefone: (51) 3289-6664 e (51) 3289-6684

Site: <http://www.observapoa.com.br/>

8.9. Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas – OBTEIA

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas reconhece a dívida histórica do Estado brasileiro com a saúde dessas populações, apresenta a necessidade de superação do modelo de desenvolvimento econômico e social na busca de relações homem–natureza responsáveis e promotoras da saúde. Como fruto da implantação dessa política, pensando no seu monitoramento e avaliação, estruturou-se em 2012 um Observatório denominado OBTEIA.

O OBTEIA se organiza por meio de uma Teia de Saberes e Práticas, que envolve movimentos sociais, academia e gestoras(es)/trabalhadoras(es) do Sis-

tema Único de Saúde no acompanhamento da implementação da política. A representatividade da Teia de Saberes e Práticas está presente na gestão do Observatório. O Conselho Gestor, que orienta as ações do OBTEIA, é composto por integrantes do Grupo da Terra – formado por: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); Movimento dos Atingidos por Barragens/Brasil (MAB); Movimento de Luta pela Terra (MLT); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Mulheres Trabalhadoras Rurais – Movimento das Margaridas (MTRMM); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE); e Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas (FEPEAL); por representantes do Ministério da Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Universidade de Brasília (UnB), onde o OBTEIA está localizado.

O foco das ações tem sido o de visibilizar essa população por meio de um portal interativo na internet (www.saudecampofloresta.unb.br), coleta e processamento de informações, elaboração e divulgação de notícias, estudos, vídeos, cadernos. Estas ações do OBTEIA são realizadas pelo Grupo Executivo composto por acadêmicas/os da UnB, Fiocruz, pesquisadores/as e técnicos/as da Universidade Federal da Paraíba, Cooperativa EITA, Aicó Culturas e integrantes de movimentos sociais, como a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida e o Movimento dos Pequenos Agricultores. A Teia de Saberes e Práticas – que incorpora o Conselho Gestor, o Grupo Executivo e outras/os pesquisadoras/es acadêmicas/os e de movimentos sociais debate e elabora análises a partir de referenciais críticos e métodos de pesquisa coerentes com o modo de viver das populações do campo, floresta e águas.

A criação e o desenvolvimento do OBTEIA apresentam desafios:

- Dar visibilidade às populações do campo, floresta e águas: pouco visíveis nas suas necessidades de saúde e condições de vida pelas estatísticas oficiais e pelas políticas públicas.

- Inventar uma nova forma de estruturar um Observatório, onde o “observado” também “observa” e vice-versa. Sujeito e objeto se alternam numa perspectiva dialética de construção de análises que induzam à ação, seja do Estado, seja dos próprios movimentos sociais.
- Desenvolver e articular métodos de produção do conhecimento coerentes com o diálogo de saberes.

Contato

Coordenador: Fernando Carneiro – fernandocarneiro.brasilia@gmail.com

Rosana Kirsch – rosana@eita.org.br

Site: <http://saudecampofloresta.unb.br/>

8.10. Observatório do Terceiro Setor – FIJO

O Observatório do Terceiro Setor – OTS é a estrutura, dentro da Fundação Irmão José Otão – FIJO, que é responsável pela área de Desenvolvimento Social da mesma. Criado no ano de 2009, no interior de uma organização do Terceiro Setor alicerçada no compromisso com o desenvolvimento social do Rio Grande do Sul, para ser um Centro de Referência Estadual, o OTS executa atividades voltadas para os estudos, pesquisas, formação, mobilização e assessorias, além de sistematizar e disseminar, conhecimentos acerca do Terceiro Setor e das suas interfaces com os demais setores da sociedade.

Objetivos

Colaborar com a qualificação da gestão das organizações do Terceiro Setor, em uma perspectiva de inovação social, no âmbito da produção, sistematização e disseminação do conhecimento socialmente comprometido com a gestão social pública.

Metodologia

O OTS desenvolve seu processo de trabalho, a partir de três eixos de atuação, sendo:

1. Produção do conhecimento (desenvolve pesquisas visando o aprimoramento de processos sociais e as descobertas de novas tecnologias, metodologias, enfoques e percepções da realidade social);

2. Sistematização do conhecimento (sistematiza, de forma continuada, dados e informações relacionadas aos temas de interesse de quem atua no setor);
3. Disseminação do conhecimento e formação (oferece um conjunto de ações de formação voltado para profissionais e organização em geral, subsidiando-as para a atuação qualificada junto ao Terceiro Setor e aos demais setores da sociedade. Oferece, igualmente, assessoria e/ou consultoria solicitados por profissionais ou organizações).

Contato

Telefone: (51) 3205.3137

E-mail: otsfijo@fijo.org.br

Site: <http://observatorioterceirosetor.org.br/>

9

V Seminário em 2015: Observatórios, metodologias e impactos – dados e participação

A 5ª edição do Seminário dos Observatórios foi anunciada pelos participantes quando da avaliação do IV Seminário em 2014. A partir desta projeção, a Rede de Observatórios segue construindo o projeto do V Seminário, que foi intitulado:

Observatórios, metodologias e impactos – dados e participação

Data

28 e 29 de setembro de 2015, na Unisinos – São Leopoldo/RS

Objetivo geral

Promover o debate sobre a participação e as metodologias de elaboração, acesso, sistematização e publicização dos dados utilizados pelos Observatórios Sociais.

Objetivos específicos

- Analisar e articular as concepções e práticas dos Observatórios, em vista de sua qualificação e do fortalecimento da Rede de Observatórios Sociais.
- Avaliar as contribuições e limites dos Observatórios nas suas relações com os agentes estatais e da sociedade civil.

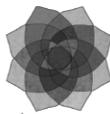
Em 2015, a Rede de Observatórios Sociais realiza o V Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos. O tema escolhido evidencia a importância da participação da sociedade na análise da realidade social. Este é um dos desafios que a Rede tem se colocado e que expressa a busca da ampliação do diálogo e do olhar para os diversos temas e territórios presentes nesta articulação.

Em suas diferentes dinâmicas, os Observatórios Sociais realizam seu trabalho construindo e qualificando dados, indicadores e análises. Trazer para o debate as metodologias e impactos da atuação dos Observatórios Sociais tem sido o foco dos Seminários, na perspectiva de formação das equipes dos Observatórios e de agentes sociais e estatais, de socialização de pesquisas e informações.

A elaboração de dados com a participação da sociedade e a necessidade de acesso a dados abertos para produção de informações e conhecimentos, as metodologias de sistematização e estratégias de visualização e divulgação de dados estarão entre os eixos de debate do V Seminário.

Evento este que se coloca como um meio de colaborar para o fortalecimento dos Observatórios e de seus agentes na transformação das práticas sociais e das políticas públicas para o desenvolvimento de distintas realidades societárias.

**OBSERVATÓRIO
UNILASALLE**



observatório
DA POLÍTICA DE SAÚDE, FORMAÇÃO DAS
PROFISSÕES DE CAMPO, PESQUISA E APOIO
À TEIA DE SABERES E PRÁTICAS



OBSERVA POA
Observatório da Cidade de Porto Alegre



PIQGD



CAPES



Fundação Irmão José Otão

NESAN



JESUÍTAS BRASIL

UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



ObservaSinos
OBSERVATÓRIO DA REALIDADE E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DO VALE DO RIO DOS SINOS